PAE PDS PVH

Plano de Ação Estratégico para Desenvolvimento Sustentável do município de Porto Velho

entrega 7

Carteira de Projetos

Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

funpar

Sumário

Apresentação

1 Introdução

2 Projetos

Projeto 1 – Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho – PDILI

Projeto 2 – Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial

Projeto 3 – Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável de Porto Velho

Projeto 4 – Caminho das Águas

Projeto 5 – Porto Digital Amazônico

Apresentação

O presente documento, denominado **Carteira de Projetos**, refere-se à 7ª entrega do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050), conforme o contrato de prestação de serviços nº 01/2024-ADPVH, estabelecido entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADPVH) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), resultante do edital de concorrência nº 001/2023/SML/PVH.

Esta "carteira" foi constituída a partir do conjunto de propostas estratégicas e respectivas ações, durante a etapa anterior do plano, na qual foram priorizados 5 projetos de maior impacto e alinhamento à visão de futuro de Porto Velho delineada no Cenário Realizável.

A seguir, por meio de um diagrama simplificado do PAEDS, é possível compreender este processo que evoluiu dos eixos estratégicos, passando pela elaboração de um diagnóstico e cenários prospectivos, até o plano de ação e investimentos, do qual foram elencados os 5 projetos prioritários detalhados no presente documento.

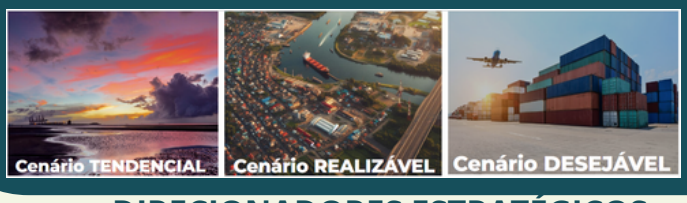
Plano de Ação Estratégico para Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho
2030 2050

diagrama de desenvolvimento do plano

EIXOS DO PLANO ESTRATÉGICO

INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE
EIXOS TRANSVERSAIS
INCLUSÃO SOCIAL e COOPERAÇÃO

DIAGNOSTICO E CENARIOS



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

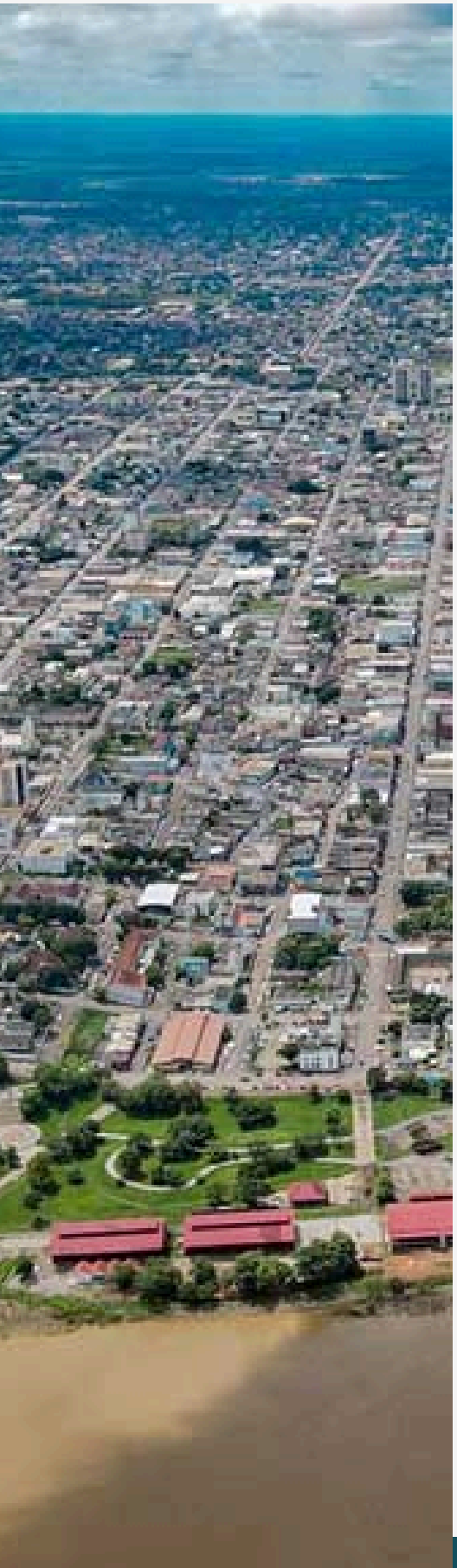
Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal
Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado
Desenvolver ecossistema de inovação avançado
Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental
Promover planejamento e gestão integradas e participativas

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação e Investimento foi elaborado a partir dos direcionadores estratégicos que balizaram a proposição de ações e resultados-chave. Além deste detalhamento, é oportuno considerar que o Plano de Ação e Investimento segue também uma lógica de desenvolvimento econômico, social e ambiental integrado, que permite compreender como que estas diversas ações geram efeitos sistêmicos e impactos cruzados que vão além da própria ação e meta.

PROJETOS ESTRATEGICOS

Introdução



O Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050) representa um marco fundamental na busca por um futuro próspero, equitativo e resiliente. Reconhecendo a complexidade e a abrangência dos desafios a serem superados, o plano estabelece diretrizes e eixos estratégicos que orientam as ações em direção a um cenário desejável para o município.

Nesse contexto, a presente Carteira de Projetos detalha cinco iniciativas estratégicas, selecionadas por seu potencial de gerar transformações significativas e por seu alinhamento com a visão de futuro delineada no Cenário Realizável. São eles:

- O Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho (PDILI);
- As Administrações Regionais com respectivos planos de desenvolvimento dos distritos;
- O Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável;
- O Programa Caminho das Águas; e
- O Porto Digital Amazônico.

Tais projetos representam a concretização de prioridades identificadas a partir de um processo participativo e técnico, priorizando propostas de alto impacto e alinhadas com os objetivos do PAEDS. Esses projetos estratégicos não apenas visam a atender necessidades imediatas, mas também a estabelecer alicerces para um desenvolvimento sustentável com ações de curto, médio e longo prazo.

De forma resumida, o PDILI busca transformar Porto Velho em um vértice logístico multimodal, diversificando a economia e gerando empregos qualificados. As Administrações Regionais garantem que os benefícios sejam melhor distribuídos em todo território municipal. O projeto de Desenvolvimento Agropecuário, por sua vez, visa a aumentar a renda no campo, a promover a segurança alimentar e a adotar práticas de produção mais sustentáveis. O projeto Caminho das Águas propõe a requalificação de áreas urbanas degradadas, a mitigação de riscos de enchentes e a melhoria da qualidade de vida da população por meio das Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Já o Porto Digital Amazônico é voltado a fomentar a inovação tecnológica e a economia do conhecimento no município.

É fundamental destacar que a metodologia empregada na estruturação desses projetos estratégicos – desde a análise diagnóstica e a definição de objetivos claros até a identificação de ações e o estabelecimento de indicadores de acompanhamento – pode e deve ser replicada para todas as demais ações elencadas no plano. Ao longo do desenvolvimento do PAEDS, outras iniciativas podem ser estruturadas segundo este mesmo modelo inicial, permitindo que o plano ganhe corpo de forma progressiva e coordenada.

Desta forma, cada ação identificada no plano, por mais abrangente ou ambiciosa que seja, pode se transformar em projetos bem estruturados com metas claras e resultados mensuráveis. O presente documento, portanto, não se limita a apresentar, nas páginas que seguem, os cinco projetos prioritários, mas também demonstra um caminho e formato para que o conjunto de ações do PAEDS seja detalhado e executado de forma eficaz e organizada, rumo a um futuro sustentável para Porto Velho.

Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho – PDILI

PAE DS PVH

Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

funpar

Quadro Síntese do Projeto

Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho – PDILI	
Ideia Força	"Transformar Porto Velho em um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico multimodal"
Potencial	O Terminal Autorizado e Portos Organizados de PV movimentaram 8 milhões t. este ano. Cerca de 10% do total de cargas interioranas movimentadas no País. ANTAQ 2024
Ação Principal	Elaborar um Termo de Referência para a confecção de um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre, a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e serviços de apoio e, aprimore as relações com o urbano e o ambiente no município de Porto Velho.
Estratégia	Ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, mediante integração e complementariedade da infraestrutura e dos serviços e, ao mesmo tempo, em que oportuniza a geração de estoques (armazenagem) das matérias primas, atualmente de passagem, como insumos tanto para importação e exportação, como para a instalação de indústrias de beneficiamento da matéria e produtos de maior valor agregado diversificando o parque industrial e de serviços.
Responsável e Intervenientes	Agência de Desenvolvimento de PV e SEMPOG PMV Dnit, Antaq Anac, Empresa de Planejamento e Logística – EPL, Governo do Estado de Rondônia: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos; Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI, – Sociedade de Portos e Hidrovias –SOPH Sindicatos
Principal Resultado	Identificação e Priorização de projetos integrados que deverão Gerar Empregos, Diversificação Industrial e Serviços, Redução dos custos de logística, Resiliência Climática e aumento da Força Gerativa da Cidade
Beneficiários Principais	Diretos: Produtores de bens e operadores importação|exportação localizados no médio Madeira; Empresas do setor de logística e mobilidade; Setor industrial e serviços. Indiretos: Comunidade geração de novos empregos e redução de conflitos como urbano, organizando acessibilidades independentes para operação do complexo portuário e industrial de Porto Velho.
Prazo de Execução	360 dias
Valor Estimado	R$3,7 milhões

1. Descrição do Projeto

O projeto visa estabelecer uma proposta estratégica (uma visão) pactuada entre os principais atores locais e regionais para a integração dos ativos logísticos e , promover a geração de estoques dos principais produtos que “transitam” em Porto Velho para que se tornem insumos que poderão contribuir para a diversificação industrial e de serviços.

Associada a esta proposta será desenvolvido um conjunto de projetos e ações integrados que deverão ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, promover a integração e complementariedade da infraestrutura e serviços, previsão de plataformas com pulmões reguladores de distribuição dos produtos em estoque, bem como, trazer melhorias na relação com meios urbano e ambiental.

O PDILI tem interface com os demais projetos selecionados, especialmente com os projetos “Caminhos da Água” e “Porto Digital Amazônico”.

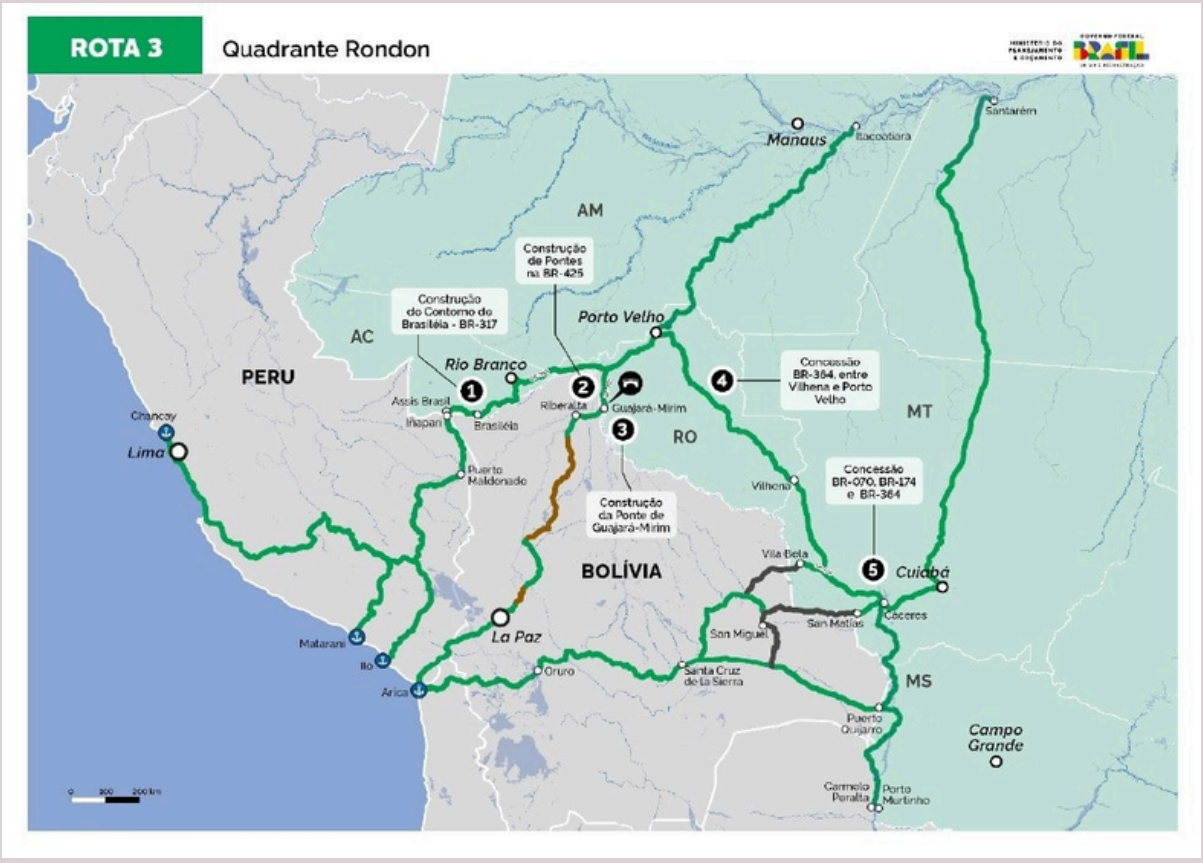
1.1. Contexto

A visão[1] que deu origem ao Plano Diretor de Integração Logística e Industrial-PDILI tem por referência a proposta da evolução do cenário atual de Porto Velho, que apresenta uma logística com potencial, porém carente de integração e de uma “economia de passagem”, para um polo multimodal da Amazônia setentrional, em articulação com o projeto nacional do Quadrante Rondon[2], e de uma economia mais diversificada sustentável com crescimento “endógeno”.

[1] Conforme produto entregue “Visão de Futuro e Plano de Ação” – PAEDS 2030-2050

[2] Ver https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/subcomite-de-integracao-e-desenvolvimento-sul-americano-1/releases-rotas-de-integracao-sul-americana/rotas-de-integracao-sul-americana-acre.pdf

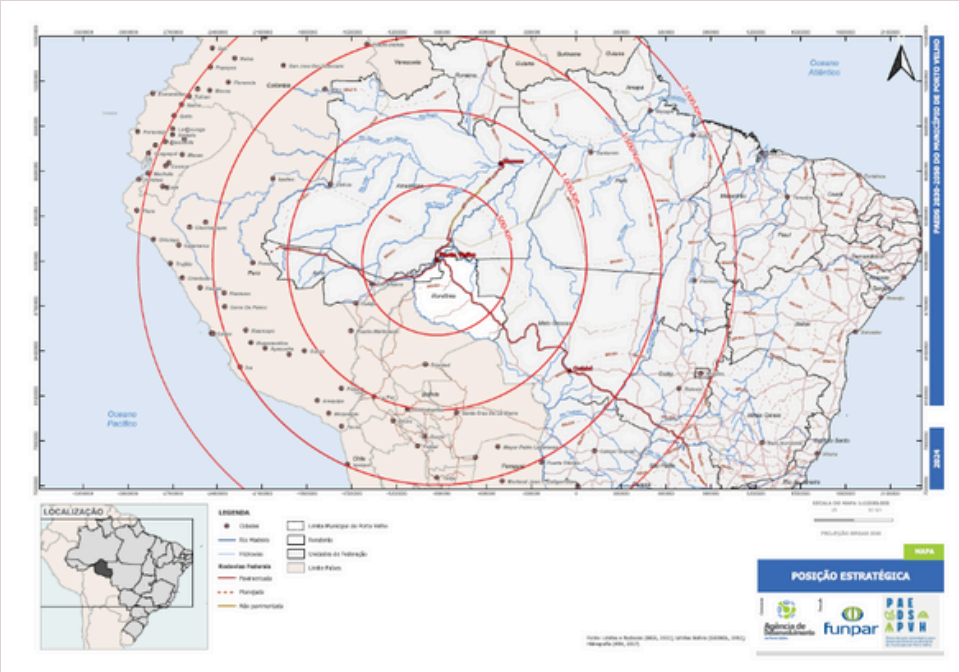
mapa 1


ROTA 3
Quadrante Rondon
Manaus
Santarém
Itacoatiara
AM
Construção de Pontes na BR-425
Construção do Contorno de Brasiléia - BR-317
Porto Velho
AC
Rio Branco
PERU
Assis Brasil
Iñapari
Brasiléia
Riberalta
Guajará-Mirim
RO
Concessão BR-364, entre Vilhena e Porto Velho
MT
Chancay
Lima
Puerto Maldonado
Vilhena
Concessão BR-070, BR-174 e BR-364
Construção da Ponte de Guajará-Mirim
Vila Bela
BOLÍVIA
Cuiabá
Cáceres
San Matías
La Paz
San Miguel
Matarani
Ilo
Arica
Oruro
Santa Cruz de la Sierra
MS
Puerto Quijarro
Campo Grande
Carmelo Peralta
Porto Murtinho

mapa 2

República Dominicana
Cuba
Guiana Francesa
Suriname
Venezuela
Panamá
Colômbia
Brasil
Equador
Peru
Bolívia
Paraguai
Chile
Uruguai
Argentina

A Ideia Força considerada factível no horizonte de planejamento do PAEDS 2030-2050 é, “Consolidar Porto Velho em um Vértice do Corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico multimodal”.



Porto Velho "Vértice de Articulação Multimodal”

São apresentados a seguir as principais conclusões do diagnóstico da dimensão Infraestrutura de Mercado e Inserção regional e, da proposta para o Cenário Realizável e Direcionadores Estratégicos para Porto Velho.

1.1.1 O Cenário Atual da Infraestrutura de Mercado e Inserção regional: Uma Síntese

- O diagnóstico desta dimensão revela um cenário de desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico do município. O "Quadro Sintético e Avaliativo" (ver anexo) aponta uma nota geral de 0,53 para essa dimensão, evidenciando a necessidade de ações estratégicas para fortalecer a infraestrutura e a integração regional.
- A análise SWOT reforça essa perspectiva, destacando a centralidade econômica e logística de Porto Velho como um ponto forte, impulsionada pela sua posição estratégica na Amazônia Legal, pela conexão hidrográfica do rio Madeira e pela robusta infraestrutura energética. No entanto, o município enfrenta desafios significativos, como a deficiente infraestrutura de transporte, a dependência do modal rodoviário, os custos elevados do transporte aéreo e a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos.

[3] Ver mais detalhes no Anexo deste documento

- As oportunidades residem no crescimento do agronegócio, nos investimentos em infraestrutura, no potencial de energias renováveis e no desenvolvimento do turismo e serviços. Para aproveitá-las, é crucial que Porto Velho supere suas fragilidades, investindo em infraestrutura de transporte multimodal, diversificando sua matriz econômica e promovendo a sustentabilidade ambiental.
- A dependência do modal rodoviário, onde associada aos gargalos logísticos e aos altos custos de transporte, limita a competitividade do município e sua capacidade de atrair novos investimentos. A modernização da infraestrutura rodoviária e portuárias onde se deve desenhar o traçado ideal de acesos e faixas de tráfego prevendo os médios e longos prazos, e a ampliação da oferta de voos, com tarifas mais acessíveis, são essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico e a integração regional.
- A vulnerabilidade às mudanças climáticas, evidenciada pela dependência do regime de chuvas e dos níveis do rio Madeira, exige ações de adaptação e mitigação, como o investimento em fontes de energia renováveis e a implementação de práticas sustentáveis na produção e no transporte. Ainda que, mesmo com níveis baixos devido a estiagens, existem chatas de B 12 e L 30 m , que carregam 500 t e os comboios podem ter 24 barcaças (12.000 t), e balsas de 15 x 60, alto propulsoras, também possuem calados baixos e conseguem movimentar grandes quantidades de cargas (800 T).

1.1.2 O Cenário Realizável no âmbito do PAEDS 2030-2050 : Uma Síntese

Figura 4 Cenário Realizável - PAEDS 2030-2050

Fonte: Elaboração própria. Produto incluído na entrega n.4 PAEDS PVH, em setembro de 2024.

1.1.3 Justificativa

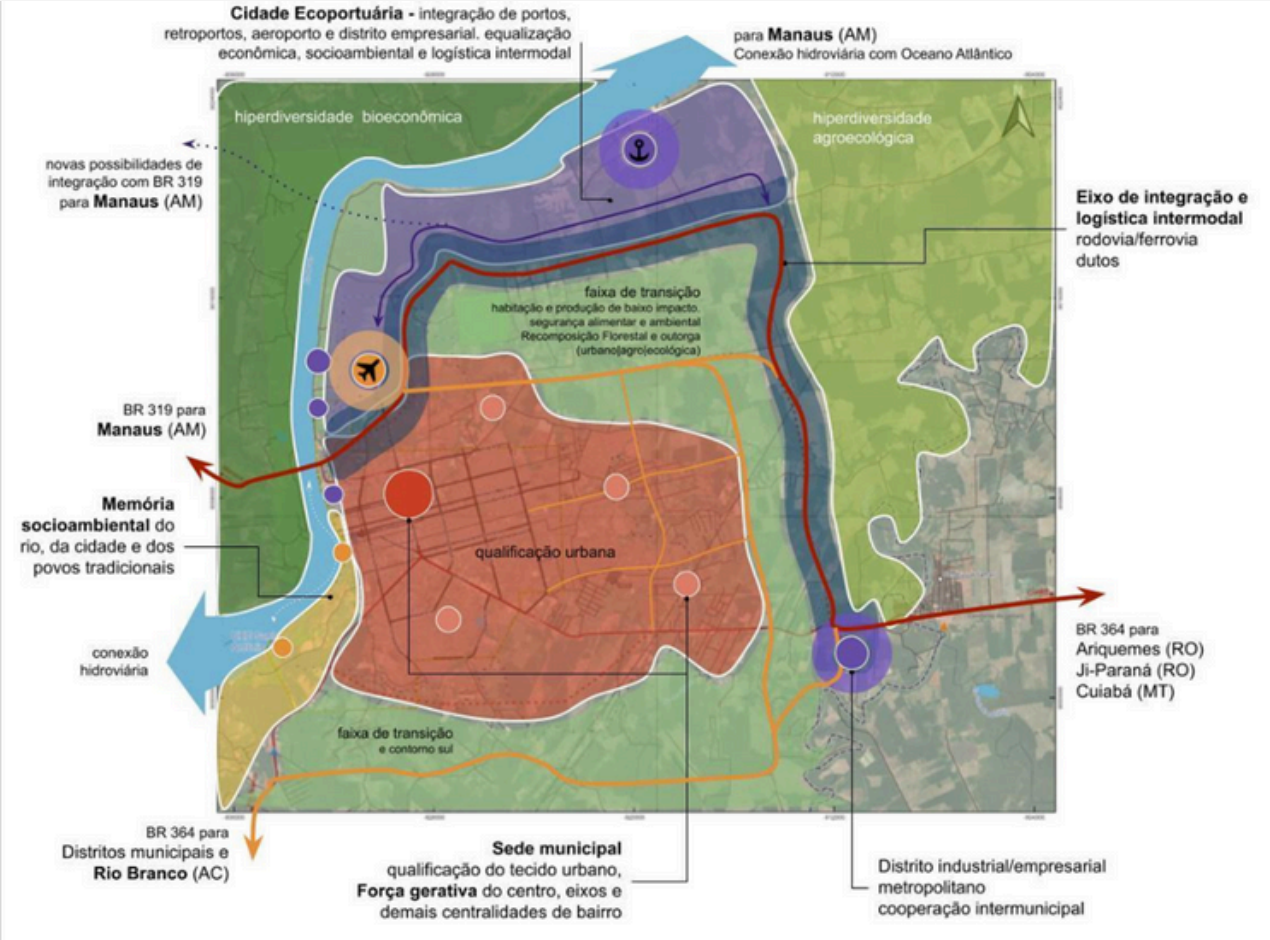
O PDILI é o primeiro passo para reversão da tendência de ações setoriais públicas e privadas desarticuladas e de uma economia com baixa capacidade de gerar benefícios para o município.

Porto Velho detém ativos logísticos multimodais (aeroporto internacional, portos fluviais públicos e privados de importância, hidrovia, rodovias federais e projetos para construção de ferrovia articulando as regiões norte e centro-oeste, por onde transitam mais de 4 milhões de t/ano de produtos, predominado grãos com pouco ou quase nenhum valor agregado. Por outro lado, o movimento de cargas que transitam no município tem gerado custos para manutenção da infraestrutura municipal e impactos negativos par a comunidade e o meio ambiente.
Portanto, otimizar potenciais, é fator positivo para melhorar qualidade econômica, social e ambiental, plataformas de distribuição de cargas armazenadas, são necessárias para cadenciar distribuições, garantindo integridade e qualidade operacional.

Justifica-se, portanto, o PDILI pela necessidade de organização dos ativos logísticos e redução das externalidades negativas para o meio urbano e o ambiente, mas, também e principalmente, considerando os objetivos do PAEDS, pelo potencial de geração de estoques (armazenagem) das matérias primas, atualmente de passagem, como insumos para a diversificação industrial e de serviços, gerando novos empregos, renda e aumentado a arrecadação local.

Para que isso ocorra é necessário que a comunidade porto-velhense, no âmbito das competências municipais sobre prestação de serviços públicos e de uso e ocupação do solo pactue uma estratégia considerando os interesses locais, que sirva de referência para as negociações com atores internos e externos e possibilite sinergias e economias nos planos de investimento em curto, médio e longo prazos.

A figura a seguir ilustra a visão de integração de ativos logísticos e de infraestrutura viária com sugestão de localização de aglomerações industriais e de serviços, preconizados pelo PAEDS e objetivo do PDILI.



1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Elaborar um Termo de Referência para a confecção de um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre, a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e dos serviços de apoio e, aprimore as relações com o urbano e o ambiente no município de Porto Velho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compatibilizar as atividades de logística com o tecido urbano e o Plano Diretor Municipal, aumentando a eficiência dos serviços e os índices de desempenho urbanísticos e ambiental, promovendo economias de aglomeração e externalidades positivas e mitigar externalidades negativas.
- Obter um mapa cadastral atualizado do sistema de logística e instalações industriais e polos geradores de trafego de cargas em Porto Velho
- Levantar áreas para retro portos plataformas de armazenagens e de distribuições por vias urbanas.
- Estudar a viabilidade para a armazenagem e estocagem dos principais produtos de importação e exportação como, grãos, minérios, carnes e combustíveis, com o objetivo de constituírem insumo para o desenvolvimento e diversificação da indústria e serviços locais.
- Propor projetos básicos para a melhoria do desempenho operacional e ambiental do sistema de logística e armazenagem incluindo, a mobilidade os acessos aos portos, terminais de transbordo, áreas industriais, especialmente a via expresso-porto, os acessos às BRs 364 e 319 e à ponte existente sobre o Rio Madeira.
- Priorizar os projetos, ações e investimentos de curto, médio e longo prazos
- Propor diretrizes e regras para o ordenamento do uso e ocupação do solo no entorno dos principais equipamentos e infraestrutura que deverão ser considerados por ocasião da revisão do Plano Diretor Municipal.
- Propor instrumentos de gestão, no âmbito das competências municipais para, gestão colaborativa e interfederativa dos ativos logísticos, incentivos e recuperação de custos para reinvestimento em infraestrutura como, operações urbanas, outorga de alteração de uso, concessões para exploração de áreas, dentre outros
- Elaborar e publicar anualmente painel municipal de acompanhamento dos esforços e resultados de desempenho ambiental - IDA-M (Índice de desempenho ambiental dos portos municipais

1.3. Beneficiários

Os beneficiários[4] são empresas públicas e privadas com atividades nos setores logístico e industrial pela oportunidade de novos negócios e a possibilidade de incentivos para investimentos em modernização, bem como, a comunidade residente nas proximidades pela geração de novos empregos e melhoria da qualidade do espaço urbano e do ambiente.

1.3.1 Diretos

(i) Produtores de grãos e bens objeto de importação e exportação, com sede e fora de Porto Velho, terão benefícios nas condições de aumento na capacidade e qualidade de armazenagem e melhor condição para negociação de estoques, além de reduzir perdas por falta de armazenagens reguladoras;

(ii) Operadores importação|exportação localizados no médio Madeira, terão benefícios pelo aumento, das quantidades e variedade de produtos, confiança, segurança, e obtenção de preços mais competitivos do transporte. Aproximadamente as 100 maiores empresas de médio e grande porte;

(iii) Empresários do setor industrial e de serviços poderão se beneficiar de novos de estoques (armazenagem) das matérias primas, atualmente de passagem, como insumos para exportações e importações, podendo se projetar mais industrias de beneficiamento de matéria prima em produtos de maior valor agregado.

(iv) Empresas do setor de logística e mobilidade, terão benefícios pelo aumento, da demanda por transporte, da confiança, da segurança, e redução de custos operacionais. Aproximadamente 46 empresas de médio e grande porte. Comunidade residente nas proximidades cerca de 180 mil habitantes;

(v) Planejamento da Prefeitura Municipal, visibilidade de propostas e disponibilidade de projetos viáveis para a captação de recursos. Se implantados retro portos ou retro áreas com pulmões reguladores de distribuição, não haverá horário de pico no complexo portuário, pois serão monitorados tempos e movimentos de distribuição;

(vi) Planejamento do Governo Estadual disponibilidade de projetos viáveis para a captação de recursos;

(vii) Empresas do setor industrial e serviços consideradas portadoras de futuro conforme tabela 1

[4] As quantidades de beneficiários são estimativas e poderão ser ajustadas por ocasião da elaboração d PDILI

Tabela 1- Setores portadores de futuro: serviços modernos

CNAE	Setor	Descrição da atividade
2023	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
2031	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
2040	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Consultoria em tecnologia da informação
2091	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
3119	Atividades de prestação de serviços de informação	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
3992	Atividades de prestação de serviços de informação	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
1201	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	Testes e análises técnicas

1.3.1 Indiretos

(viii) Comunidade residente na sede municipal de 372 mil habitantes

(ix) Principais empresas do setor de turismo pela melhoria das condições da mobilidade, cerca de 50% do total cerca de 120 empresas.

1.4. Escopo e Abrangência

As atividades do PDILI incluem os aspectos técnicos, normativos, ambientais, urbanísticos, financeiros, governança e gestão. Abrange prioritariamente a região onde se localizam os ativos logísticos de PV e, como área indireta de influência a região metropolitana e a rede de articulação urbana de PV.

(i) Infraestrutura: equipamentos e atividades e serviços, portuários, retro portuários, aeroportuários, rodoviários, ferroviários, armazenagem, movimentação e transbordo de cargas.

(ii) Informações sobre movimentação, importação|exportação

(iii) Sistema viário: municipal, estadual e federal de acesso aos equipamentos de logística.

(iv) Nos aspectos portuários inclui os portos organizados, instalações portuárias de turismo, terminal de uso privado, estações de transbordo de cargas, instalações públicas de transporte de passageiros.

(v) Atividades produtivas portadores de futuro e serviços de apoio relacionadas ao PDILI

(vi) Análises de viabilidade para armazenagem e comercialização dos principais produtos relacionados ao PDILI. Análise da possibilidade de formação de cooperativa para os produtores que irão se beneficiar com pulmões reguladores.

(vii) Acompanhamento de programa de investimentos e concessões federais e estaduais relacionadas com o tema.

1.5. Atividades, métodos, produtos e prazos

O PDILI está organizado em cinco etapas principais e quinze atividades com prazo de execução total previsto em dezesseis meses. O prazo, o método básico e o produto correspondente estão indicados para cada uma das atividades a seguir:

1.5.1 Atividades, métodos, produtos e prazos

Atividades:

1. Consolidação do Plano de Trabalho;
2. Identificação e organização dos atores chave e intervenientes do setor público e do setor privado;
3. Comunicação com os atores chave e identificação das principais diretrizes e condicionantes institucionais técnicos e legais.

Método: Reuniões com a coordenação, entrevistas e pesquisas, organização de mídia para comunicação do PDILI.
Prazo: 1 mês
Produto: Plano de trabalho detalhado e aprovado; Quadro síntese e organograma indicando os atores e diagrama de relações; Quadro de diretrizes e condicionantes institucionais; Comunicação aprovada e em andamento.

1.5.2 Levantamentos preliminares e atualização da base cartográfica

Atividades:

1. Identificação e sistematização de planos e projetos e aspectos relevantes para o tema nos setores público e privado incluindo especialmente: a evolução do projeto Quadrante Rondon: as potencialidades coindicantes das concessões da hidrovia do Madeira e BR 364; o projeto da EF-354 trecho Campinorte – Porto Velho; Programas de investimentos estrangeiros na Amazônia Setentrional; Programas de Investimento de grandes operadoras privadas de logística.,
2. Atualização da base cartográfica: Planta de situação em escala 1:20.000 da área de abrangência indicando os principais equipamentos e infraestrutura como: atracadouros, portos e retro porto, sistema viário e acessos, terminais (todos os modos) e terminais de transbordo, áreas de estoque ou armazenagem, pátios de manobra e estacionamentos, áreas de embarque e desembarque de passageiros. Planta de situação em escala 1:5.000 dos principais terminais, armazéns e outros equipamentos. Indicar também localização das principais zonas industriais, polos geradores de trafego de cargas e estruturas de importância socioambiental (APPs, UCs, reservas de população originárias)

Método: Organizar dados e informações por documentação técnica e legal, incluindo os principais estudos e planos oficiais sobre o objeto do estudo indicando a hierarquia dos documentos e relevância para o estudo; Consulta direta com instituições e levantamento de informações secundárias e em campo. Atualização da base cartográfica compatível com o sistema GeoPortal da Prefeitura Municipal.

Referências recomendadas: Plano Diretor Municipal de Porto Velho 2022, Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho – EPL 2021 e Diagnostico e Plano de Ação do PAEDS.

Prazo: 2 mês
Produto:Relatório e Quadro Síntese indicando os temas e recomendações relevantes e cartografia atualizada.

1.5.3 Levantamentos e Análise do sistema de logística e dos fluxos de cargas

Atividades:

1. Levantamento e análise da movimentação de cargas (principais produtos) incluindo, fluxos, de entrada e saída de Porto Velho, por modo de transporte, motivo, itinerário, origem e destino e volume|peso. e passageiros (rodoviária, aeroporto)por modo, motivo, origem e destino.
2. Levantamento e análise da armazenagem, identificar extensão de área, capacidade, localização, forma de gestão predominante (parceria, cooperativa, empresa própria, outras) , instalações para granel sólido, mineral, granel liquido, combustíveis, frigoríficos, contêiner e carga geral não conteinerização e custos comparativos de exploração de áreas (R$/m²/mês).
3. Identificar as principais atividades econômicas que atualmente mais agregam valor aos produtos armazenados (localização, setor, faturamento, empregos, percentual do insumo utilizado em relação ao transportado, localização).
4. Análise dos gargalos (conflitos) e sinergias (complementariedade) do sistema de logística multimodal com o desenvolvimento urbano (tendências de crescimento, mobilidade cargas e trabalho, licenciamentos, serviços urbanos e zoneamento de uso e ocupação do solo), Comunidades residentes entorno (inclusive tracionais) e com o meio ambiente (impactos hídricos, atmosféricos, sedimentos, resíduos, vetores, intrusão, ruídos e vibrações)

Método: Pesquisa por amostragem de cargas em pelo menos 15 pontos (dias típicos de baixo e alto movimento, safra e entressafra de grãos) associadas a fontes oficias secundárias nos acessos rodoviários e terminais (portos, rodoviários transbordo e grandes pátios de logística e serviços). Pesquisa por amostragem de embarque e desembarque de passageiros (aeroporto, terminal rodoviário) associada a fontes secundarias. Quadro analítico e comparativo entre os fluxos e os estoques armazenados de mesmos produtos; levantamentos e pesquisas em fontes primárias e secundárias; mapeamento dos fluxos; entrevistas com atores chave, Prefeitura Municipal, Governo do Estado RO, operadores portuários e de transporte, empresários do setor industrial, produtores agrícolas e ouvir opinião de comunidades vizinhas sobre aspectos negativos e positivos.

Prazo: 4 meses

Produto: Relatório de contendo dados sistematizados, mapas, diagrama de fluxos, matriz de origem e destino de cargas e passageiros, figuras, tabelas.

1.5.4 Projeção do crescimento de cargas e passageiros, capacidade de armazenagem, geração de estoques e insumos para a diversificação da produção industrial e de serviços

Atividades:

1. Projeção do movimento de cargas (principais produtos) por tipo, modo de transporte, capacidade de armazenagem, origem e destino. Projeção do movimento de passageiros por modo, origem e destino e motivo com horizontes de 10 e 20 anos
2. Analisar a viabilidade para o desenvolvimento do potencial de geração de estoques de produtos e de infraestrutura de armazenagem, com vistas a diversificação econômica local. Correlacionar os produtos importados e exportados com maior potencial de crescimento e formação de estoques insumos para atividades econômicas sustentáveis (setor, insumo utilizado) que poderão agregar valor, gerar empregos e tributos locais.
3. Avaliar as necessidades de espaço físico e localização industrial e de serviços. Avaliação e proposição das melhores alternativas de organização comercial para a gestão de estoques e armazéns.. Identificar incentivos existentes para a construção e operação de instalações de armazenagem.

Método: Projeção com base em estatísticas oficiais e séries históricas mínimas de dez anos; Análise integrada e conclusiva, método sobre sistema logístico multimodal e de sua relação com a indústria e serviços locais. Adotar método SWOT para a análise do sistema de logística e o Diagrama de Porter para os setores industriais selecionados. Para alternativas de organização método “prós e contras”; Prever reserva técnica de áreas de estocagens e ou de armazenagens, com projeção de 30 anos.

Prazo: 3 meses
Produto: Relatório contendo dados sistematizados, mapas, figuras, tabelas

1.5.5 Proposta de projetos e ações para o desenvolvimento da logística e diversificação econômica considerando os eixos transversais do PAEDS

Atividades:

1. Proposição de projetos básicos (estudos preliminares e de viabilidade) e ações para a integração dos ativos logísticos, organização de áreas retro portuárias, terminais de transbordo e serviços, infraestrutura, serviços e equipamentos de apoio, associados e melhoria dos índices de sustentabilidade, inovação, inclusão social e formação de redes cooperativas. Incluir projetos e ações e mitigação de impactos e urbanos ambientais. Elaborar fluxograma de correlação dos projetos e atividades.
2. Proposição de um plano de ação e investimentos identificando o nome do projeto/ação, a principal atividade, o principal resultado ou meta, geração de novos empregos, o valor orçado – capex e valor orçado anual de manutenção, fontes de recursos (próprios ou terceiros), necessidade de novas contratações de servidores, prazo de execução, responsáveis e principais intervenientes.
3. Proposição de organização para a gestão do PDILI, incluindo planejamento, implantação monitoramento e avaliação, considerando os principais atores e responsabilidades. Proposição de organização comercial (pública ou privada) para a gestão de estoques e armazéns.
4. Consolidação do plano estratégico do PDILI abrangendo todo o sistema logístico e sua relação com o espaço urbano, aglomerações produtivas e estruturas ambientais. Incluir proposta para o zoneamento de uso e ocupação do solo no entorno da infraestrutura e instalações e recomendações para o Plano Diretor de PVH.

Método: Proposta de projetos básicos e ações integrados sobre sistema logístico multimodal e de sua relação com a indústria e serviços locais. Projetar acessibilidade terrestre independentes, para a área do complexo hidro portuário e para acessibilidade urbana.

Entende-se por projeto básico a demonstração de viabilidade da proposta incluindo: descrição do projeto, programa e atividades, objetivos e metas, especificações de métodos e ou processos construtivos, valores por etapa/atividade, cronograma físico-financeiro e prazos, caminho crítico e riscos, fluxograma de atividades, organização e reponsabilidades, mapas, desenhos, figuras ilustrando situação e planta básica de implantação.

Projetar em planta de situação, as acessibilidades de curto, médio e longo prazos, não conflitantes com áreas urbanas, contemplando áreas de expansão do complexo e das plataformas reguladoras, como também área de expansão da cidade, sem interferir com acessibilidades do complexo.

a visualizaçâo da planta deve ser bem demonstrada conforme o índice esquemático representado por cores e traços.

Prazo: 6 meses

Produto: Relatório contendo o sumário executivo do PDLI textos explicativos da estratégia e de cada projeto, quadro do plano de ação e investimento, mapas da proposta e de fluixos, figuras, tabelas e “templates” de cada projeto.

A figura ilustra o fluxograma das atividades

Figura 5 Fluxograma de atividades PDILI

2. Plano de Ação e Investimento

O PAI contempla a identificação dos principais recursos materiais, humanos tecnológicos, financeiros e o cronograma físico-financeiro para a execução do PDILI

2.1. Recursos Humanos

2.1.1 Internos

Gestão do projeto :

- Um coordenador e fiscal do projeto designado pela prefeitura de PV. Profissional com Liderança, visão estratégica, experiência em planejamento de infraestrutura urbano e regional e, em gestão de projetos multisetoriais e interfederativos.
- Profissional com experiencia na elaboração de Planos Diretores, preferencialmente que já tenha trabalhado com a elaboração ou implementação do PD PV.
- Profissional da área das engenharias com experiencia em planejamento de logística incluindo principalmente portos e rodovias..
- Profissional da área de economia com experiência e economia urbana e regional e estudos de viabilidade econômica.

Articulação

- Profissional Comunicação e Marketing: Habilidades em comunicação, marketing digital, relações públicas, organização de eventos e criação de conteúdo.
- Profissional de apoio para as áreas administrativas, jurídica e financeira.
- Profissional de apoio para as áreas de banco de dados municipais, geoprocessamento e tecnologia.
- Profissional de obras publicas

2.1.2 Externos (Consultoria)

Equipe chave mínima para apoiar a elaboração do PDILI

- Coordenador Geral: Profissional com mais de dez anos de experiência em planejamento de infraestrutura urbana e regional e, em gestão de projetos de infraestrutura logística. -
- Profissional da área de engenharia com mais de dez anos de experiência em Planejamento de Logística e infraestrutura portuária.
- Profissional da área d o urbanismo com mais de dez anos de experiência em planejamento urbano e regional na Amazônia.
- Profissional da área de economia com mais de dez anos de experiência em economia urbana e regional e estudos de viabilidade econômica.
- Profissional da área de transporte rodoviário com mais de dez anos de experiência em planejamento e projetos de transporte rodoviário de cargas.
- Consultor especial com mais de quinze anos de experiência em organizações municipais público-privadas municipais.
- Profissional da área de engenharia ambiental com mais de dez anos de experiência em projetos e licenciamento ambiental em áreas urbanas.
- Profissional com mais de dez anos de experiencia em .análise de dados e informações sobre importação e exportação na Amazônia.
- Profissional da área direito com mais de dez anos de experiência em concessões e parcerias público privadas.
- Consultor especial com mais de quinze anos de experiencia em navegação hidroviária.

Equipe de apoio formada por especialistas em geoprocessamento análise de banco de dados e pesquisadores.

2.2. Recursos Físicos

- Sala de situação do projeto para reuniões técnicas com capacidade para até 12 pessoas e recursos de multimidia

2.3. Recursos Financeiros

- São recursos necessários para a contratação e execução do PDILI tendo com principais itens de custo:

2.3.1 Pré-Investimento

- Despesa com viagens estadia para alinhamento da proposta com os principais atores normativos e de fomento federais
- Revisão e ajustes ao Termo de Referência e procedimentos legais para contratação
- Estes custos estão desconsiderados no orçamento do projeto.

2.3.2 Investimento

- Despesas para a contratação dos serviços para a elaboração do PDILI conforme planilha em anexo.
- Despesas com articulação de entidades externas dos setores público e privado.

O orçamento para a contratação de consultoria para apoio ao desenvolvimento completo do PDILI foi estimado em R$3,7 milhões.
Inclui todas as despesas com equipe principal (estimados 10 profissionais da equipe principal e um total de 6.300 horas) equipe de apoio, material, levantamentos de campo, atualização cartográfica, participação em eventos, viagem e estadia, impostos e BDI.
Estão desconsiderados custos com mobilização equipamentos e locação de espaços para eventos.

Orçamento PDILI	
PESSOAL	R$
Subtotal	R$ 1.777.760,00
ADMINISTRATIVO	
Subtotal	R$105.000,00
TERCEIROS	
Subtotal	R$66.000,00
VIAGEM/ DESLOCAMENTO	
Subtotal	R$327.600,00
Total	R$2.276.360,00
BDI	R$865.016,80
Impostos	R$565.477,82
Total Geral	R$3.706.824,62

Tabela 1 Orçamento para a elaboração PDILI

Este orçamento é estimativo e poderá ser revisado por ocasião da discussão do Plano de Trabalho com os atores chave.

2.3.3 Fontes de Financiamento

As fontes de recursos para financiamento do PDILI podem incluir recursos orçamentários, municipal, estadual, federal, bancos de fomento, além de parcerias com interessados e instituições representativas da inciativa privada.[5]

Exemplos:

- BNDES Finem[6] Financia projetos e obras par a logística.
- Projeto Quadrante Rondon.
- Programas e projetos de investimentos estrangeiros na região.
- Fundo de Investimento do FGTS, FI - FGTS.
- Instituições Financeiras Multilaterais, BID, Bando Mundial, CAF, dentre outros.
- Fundos de Investimento e Participações – FIPs e Debêntures
- Doações e patrocínios.

2.3.4 Retorno do Investimento Público para a Sociedade Porto-Velhense.

Em geral o retorno do investimento público ocorrerá de três formas, mediante o aumento da arrecadação de impostos, geração de empregos e melhoria da qualidade do espaço urbano e do ambiente.

- Revitalização da região de influência imediata dos ativos de logística do ponto de vista urbanístico e ambiental: melhorando a infraestrutura ao seu redor, tal como valorização urbana e surgimento de novos negócios ao seu redor e integração com a sociedade local. O resultado disso é um maior bem-estar da sociedade porto velhense. Complementar a isso tem-se o fortalecimento da imagem de Porto Velho como um polo logístico na região Norte, atraindo novos investimentos.
- Possibilidade de novos parcerias, por exemplo, Cooperativas, Sociedades de Fins Específicos para execução de serviços e obras.
- Concessão de espaços para exploração da iniciativa privada e outorga onerosa para aumento de potencias construtivos ou de alteração de usos
- Surgimento de novas atividades econômicas: novas empresas locais de serviços de apoio a atividade logística com manutenção de equipamentos, indústria naval.

[5] https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/03/financiamento-infraestrutura-amazonia-inesc.pdf?x69356

[6] https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-infraestrutura-logistica

2.4.Cronograma físico-financeiro

O prazo total previsto para a realização do PDILI são dezesseis meses. A data de início das atividades, uma vez aceito o projeto como estratégia do governo municipal, poderá ocorrer no segundo semestre de 2025 , sendo a data de conclusão portanto no primeiro semestre de 2027. Desta forma o governo municipal terá integrado as diretrizes do PAEDS ao Plano Diretor e terá a sua disposição os básicos para implementação do PDILI.

PROJETO 1 - Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho FASES E AÇOES	DURAÇÃO (MESES) Total	ANO 1 1	2	3	4	5	6	7	8	ANO 2 9	10	11	12	13	14	15	16	%	R$ (1.000)
Etapa 1 - Planejamento e Organização																		**13,8**	**R$ 481,00**
1.1. Consolidação do Plano de Trabalho	1																	3,2	R$ 111,00
1.2. Identificação e organização dos atores chave e intervenientes	1																	3,2	R$ 111,00
1.3. Comunicação com os atores chave e identificação das principais diretrizes.	1																	7,4	R$ 259,00
Etapa 2 - Levantamentos preliminares e atualização da base cartográfica																		**2,1**	**R$ 74,00**
2.1. Identificação e sistematização de planos e projetos e aspectos relevantes para o tema	2																	1,1	R$ 37,00
2.2. Atualização da base cartográfica	3																	1,1	R$ 37,00
Etapa 3 - Levantamentos e Análise do sistema de logística e dos fluxos de cargas																		**36,2**	**R$ 1.258,00**
3.1. Levantamento da movimentação de fluxos de carga e passageiros	2																	8,5	R$ 296,00
3.2. Levantamento sobre os equipamentos de armazenagem e custos	3																	8,5	R$ 296,00
3.3. Análise dos gargalos (conflitos) e sinergias	2																	10,6	R$ 370,00
3.4. Identificar principais atividades econômicas que agregam valor aos estoques	2																	8,5	R$ 296,00
Etapa 4 - Projeção do crescimento de cargas e passageiros, capacidade de armazenagem e insumos pa																		**17,0**	**R$ 592,00**
4.1. Projeção de movimento de cargas e passageiros 10 e 20 anos	2																	6,4	R$ 222,00
4.2. Análise do potencial de geração de estoques para diversificação econômica	2																	10,6	R$ 370,00
Etapa 5 - Proposta de projetos e ações para o desenvolvimento da logística e diversificação econômica																		**30,9**	**R$ 1.073,00**
5.1. Proposta de projetos e ações básicas	3																	14,9	R$ 518,00
5.2. Plano de ação e investimentos	2																	6,4	R$ 222,00
5.3. Organização para a gestão do PDU	1																	3,2	R$ 111,00
5.4. Sumario Executivo e "templates" de cada projeto.	1																	6,4	R$ 222,00
TOTAL	**16**																	**100,0**	**R$ 3.478,00**

3. Resultados e indicadores

Os indicadores referem-se aos marcos para a gestão da execução das atividades do PDILI (controle, acompanhamento) no período de16 meses, enquanto que os resultados referem-se aos benefícios após implementação do PDILI no prazo do PAEDS 2030-2050.

3.1 Indicadores de acompanhamento

- TR discutidos e aprovados pelos gestores
- Orçamento incluído no PPA
- Seleção de consultores realizada e contratada
- Equipe municipal e comissão de acompanhamento instituída para o acompanhamento do PDILI
- Produtos e eventos entregues e avaliados segundo o cronograma
- Organização e articulação com intervenientes
- Projetos básicos selecionados para execução e incluídos no PPA

3.2 Resultados

3.2.1. Setor Público

- Fortalecimento da posição de PV (visão integrada) nas negociações e na captação de recursos com investidores setoriais público e privado;
- Projetos integrados e articulados com o Governo do Estado
- Disponibilidade de acervo de projetos básicos viáveis para busca de recursos, parcerias, e inclusão no PPA;
- Visão estratégica integrada dos ativos logísticos incorporada ao Plano Diretor PV – força gerativa da cidade - (economias de aglomeração e redução de externalidades negativas);
- Identificação de oportunidades de complementariedades com o projeto Quadrante Rondon e investimentos estrangeiros na região setentrional da Amazônia;
- Planta cadastral básica dos ativos logísticos e industriais atualizada e referência para localização de arranjos produtivos e serviços, licenciamentos e promoção de investimentos.

3.2.2 Setor Privado

- Aumento da confiança para investimentos em médio e longo prazos;
- Identificação de oportunidades de investimentos (qualidade de estoques, “trading”, indústria do agro, serviços de apoio a logística e indústria) a partir da geração de insumos para a indústria e de serviços locais correlatos;
- Inclusão de projetos e ações para redução dos custos de logística.

3.2.3. Comunidade

- Inclusão de projetos e ações para a melhoria da qualidade vida urbana, redução de conflitos com o meio urbano e melhoria da qualidade ambiental;
- Informação e participação nas definições de custos e benefícios dos projetos e ações.

4. Atores e Governança

Considerando que o PDILI, conforme registrado no escopo, é um projeto multisetorial e com múltiplas interfaces institucionais (interfederativa e com a inciativa privada), deve ter por referência seguinte estruturação:

4.1. Principais atores

- Prefeitura de Porto Velho – SEMPOG, ADPVH
- Ministério dos Portos e Aeroportos - Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação além das agências Antaq e Anac.
- Ministérios dos Transportes, DNIT, Antt
- Empresa de Planejamento e Logística – EPL
- Governo do Estado de Rondônia: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos; Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI, – Sociedade de Portos e Hidrovias -SOPH
- Comunidade portuária pública e privada
- Comunidade residente na área de abrangência do PDILI

4.1. Governança

- Liderança e coordenação: dada a natureza multidisciplinar poderá ser Exercida pela Agência de Desenvolvimento - ADPVH em parceria com a SEMPOG . Serão responsáveis pela articulação interna junto ao governo municipal e externa junto aos órgãos do governo federal, do governo estadual, empresas do terceiro setor e a comunidade (ver figura 4).
- Alinhamento estratégico: O projeto deve estar alinhado com as diretrizes e condicionantes institucionais e programas de investimento dos governos estadual e federal, porém mantendo a visão de “onde Porto Velho quer chegar”, articulando o Plano Diretor PVH e o PAEDS. Em projeto paralelo proposto como outra atividade do PAEDS, acompanhar: a evolução do projeto Quadrante Rondon: as concessões da hidrovia do Madeira e BR 364; o projeto da EF-354 trecho Campinorte – Porto Velho; Programas de investimentos estrangeiros na Amazônia Setentrional; Programas de Investimento de grandes operadoras privadas de logisitica.,
- Governança colaborativa: A governança do projeto deve ser colaborativa e participativa, envolvendo os diversos atores mediante a organização de um grupo técnico misto servidores, setor privado para acompanhamento do Projeto.
- Gestão eficiente: A gestão do projeto deve ser eficiente e transparente, com a utilização de ferramentas e metodologias de gestão de projetos que garantam o cumprimento dos objetivos, prazos e custos estabelecidos. A divulgação regular de informações sobre o andamento do projeto, por meio de relatórios, website e redes sociais, é essencial para garantir a transparência, o controle, e avaliação do desempenho e das metas.
- Sustentabilidade: O modelo de governança deve garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A busca por parcerias com empresas e instituições, a diversificação das fontes de financiamento e a formação de capital humano são essenciais para garantir a sustentabilidade do projeto.

A governança do projeto PDILI será constituída por:

- Coordenação Executiva e Operacional - CEO, - composto por representante da SEMPOG e da ADPVH, responsável pela gestão do projeto, incluindo a gestão de recursos, a execução das atividades e o monitoramento dos indicadores.
- Grupo Técnico de Acompanhamento - GTA formado em parte por servidores municipais e, em parte, por representantes de instituições locais chave. Será responsável por contribuir com as diretrizes estratégicas do projeto, acompanhar a sua implementação e avaliar os seus resultados.
- Associações de representantes da comunidade que serão especialmente convidadas para participar e opinar em reuniões especificas de apresentação de Plano de Trabalho de apresentação de produtos.

5. Análise de Riscos e Marcos Críticos

5.1. Riscos

- Diretrizes dos governos estadual e federal conflitantes com a “visão” do cenário desejável para Porto Velho;
- Divergências e atrasos na contratação da equipe de apoio para a elaboração do PDILI;
- Composição inadequada do CEO e GTA, profissionais sem experiência e sem tempo para dedicar-se à gestão do PDILI;
- Baixo engajamento das secretarias chave do governo municipal e do setor privado;
- Descontinuidade e desarticulação do PDILI com as prioridades do governo municipal e com o PPA;
- Equipe contratada para apoiar a elaboração do PDILI com entregas insuficientes;
- Crise climática e níveis críticos de navegação resiliente.

5.2. Marcos Críticos

- Apresentação e pactuação do PDILI junto aos atores chave dos governos estadual e federal
- Acompanhamento das concessões da hidrovia do Madeira e da BR364
- Aprovação do Projeto do projeto do PDILI pelo governo municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores)
- Integração do PDILI ao Plano Diretor de PV
- Captação de recursos e definição de fontes orçamentárias
- Inclusão do PDILI no PPA
- Contratação de equipe de apoio ao CEO para elaboração do PDILI;
- Instalações e organização local para a gestão da execução do PDILI;
- Plano de Trabalho detalhado e aprovado.
- Entregáveis no prazo previsto

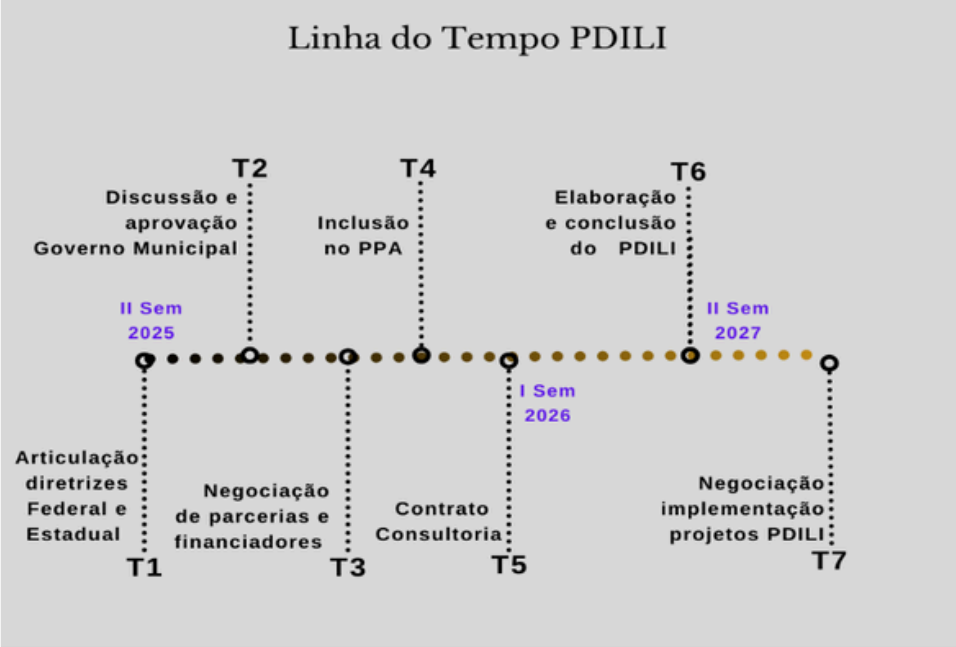


Figura 8: Marcos Críticos

6. Referências

6.1. Legais

- Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, competência critérios e diretrizes para elaborar o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada.
- Portaria MINFRA nº 123, de 21 de agosto de 2020, que institui o Planejamento Integrado de Transportes e da Portaria nº 61, de 10 de junho de 2020, que estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário, e que define os instrumentos, seu escopo e a interdependência existente entre cada um desses instrumentos

6.2. Principais planos e estudos relacionados com o tema

- PDM PVH 2021
- PAEDS 2024
- PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PORTO VELHO – EPL 2021
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO DE PORTO VELHO PDZ 2022 -Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH
- PLANO DE ORDENAMENTO DE TRÁFEGO

7. Anexos

7.1. Quadro síntese da avaliação infraestrutura regional em Porto Velho

D1	Infraestrutura de Mercado e Inserção Regional	0,53
D1.1	Influência e Integração Regional	0,58
D1.1.1	Centralidade econômica e logística	0,75
D1.1.2	Classificação do município na hierarquia urbana (REGIC)	0,25
D1.1.3	Relações com municípios vizinhos e influência regional	0,75
D1.2	Infraestrutura de Transporte	0,46
D1.2.1	Malha rodoviária federal e conexões com outras capitais	0,50
D1.2.2	Condições das rodovias (pavimento, sinalização, geometria)	0,50
D1.2.3	Impacto das condições das rodovias nos custos de transporte	0,25
D1.2.4	Movimentação de cargas no complexo portuário	0,75
D1.2.5	Eficiência e sustentabilidade do complexo portuário	0,25
D1.2.6	Oferta de voos, tarifas aéreas e acessibilidade	0,25
D1.2.7	Potencial de ampliação e diversificação dos modais logísticos	0,75
D1.2	Circulação de Pessoas e Mercadorias	0,50
D1.2.1	Fluxo de pessoas para compras, estudos e serviços de saúde	0,50
D1.2.2	Fluxo de mercadorias, especialmente soja	0,75
D1.2.3	Impactos sociais e ambientais do transporte rodoviário	0,25
D1.3	Infraestrutura Energética e Sustentabilidade	0,58
D1.3.1	Usinas hidrelétricas, termelétricas e fotovoltaicas	0,75
D1.3.2	Capacidade de geração de energia e diversificação da matriz energética	0,75
D1.3.3	Dependência climática e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos	0,25

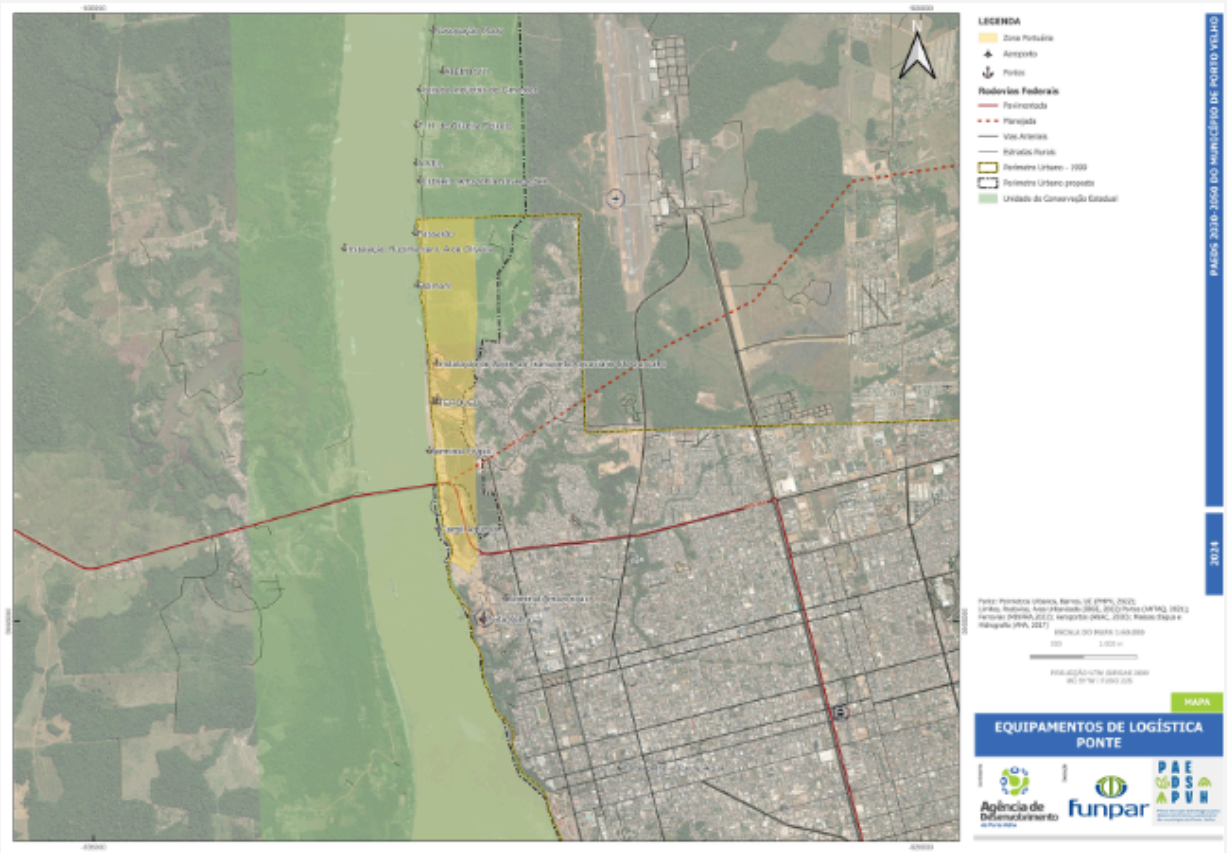
7.2. Descrição do Cenário Realizável

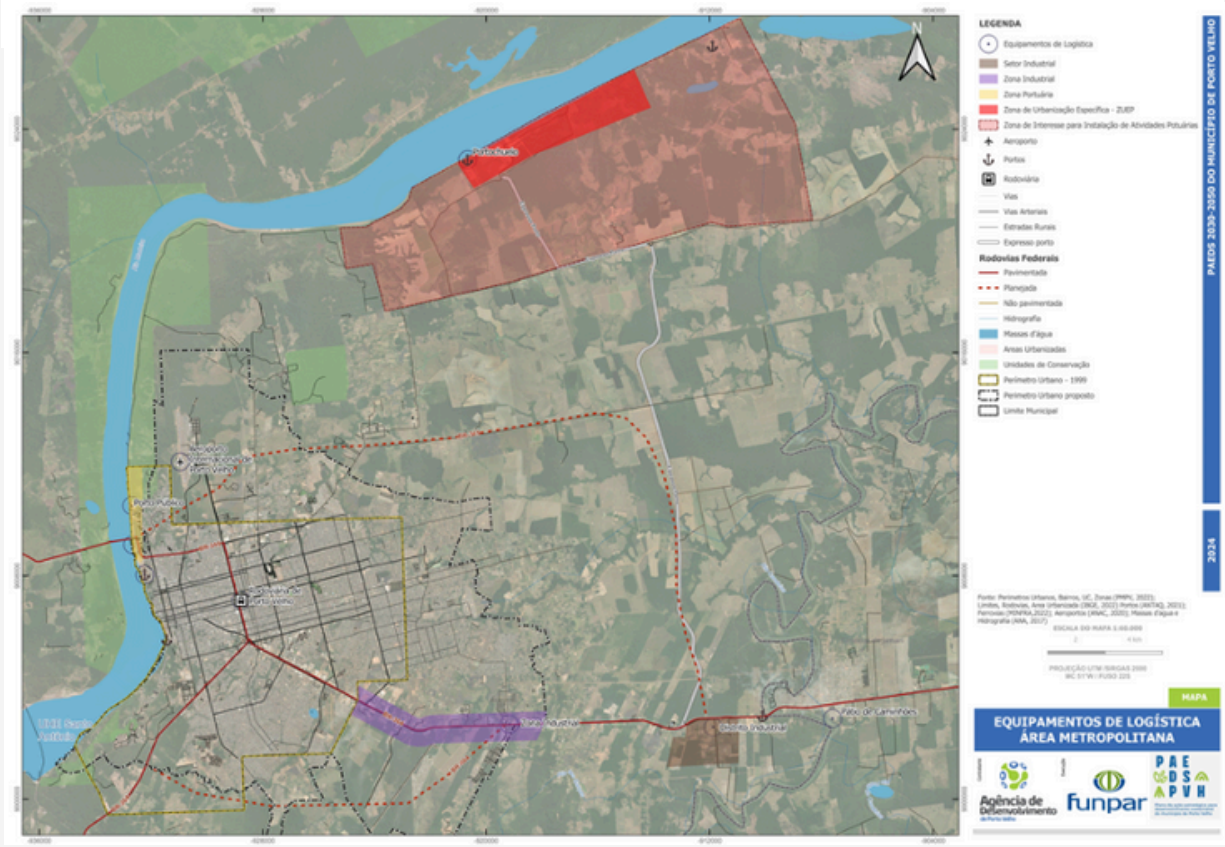
Em 2035, com uma **economia mais diversificada** nos setores da indústria, comércio e serviços e a expansão do agronegócio, foi c**onsolidada a posição de Porto Velho como "Vértice do Corredor Manaus-Cuiabá" e de "Polo Multimodal"**, aumentou sua centralidade em relação à Região Norte e norte da Região Centro-Oeste avançando na direção de "Polo Multifuncional". Contribuiu para isto a construção da ferrovia até Porto Velho. Os projetos da Rota 2 de acesso ao Pacífico contam com um acordo entre as nações vizinhas tanto para o enfrentamento dos riscos climáticos na bacia do Madeira como de um **cronograma para execução de obras rodoviárias**. O setor privado apresentou maior capacidade de levar a cabo um processo endógeno de **desenvolvimento econômico mais sólido** e passou a gerar empregos com rendimento real mais elevado, ultrapassando as contratações do setor público. Assim, a situação do mercado de trabalho melhorou, está competitivo com as regiões Norte e Nordeste e é **capaz de atrair e manter profissionais qualificados.** O setor industrial teve aumento tanto na complexidade produtiva quanto na produtividade, apoiado nos **novos estoques dos produtos de importação e exportação e em tecnologia e inovação.** O ecossistema de inovação avança, com a criação da Lei do Fundo e do Laboratório de Inovação. Houve a **atração de talentos e pesquisadores** e formação de grupos em áreas específicas. As startups e patentes tiveram aumento constante. A infraestrutura logística melhorou muito em eficiência, reduzindo custos e mitigando impactos ambientais. Especialmente, a frequência e a malha do transporte aeroviário foram ampliadas e tornaram-se mais acessíveis, o que incentivou o desenvolvimento local à medida que aumentou a **competitividade da produção,** facilitou o fluxo de pessoas e mercadorias, impactando positivamente o comércio, os serviços, o turismo e o próprio mercado imobiliário. O governo municipal avançou na **transformação tecnológica e digital** e a arrecadação própria aumentou proporcionalmente ao aumento do PIB.

Ainda mais, consolidou sua **capacidade de elaborar e implementar projetos** estratégicos melhorando a qualidade do ambiente e do espaço urbano. Ampliou o diálogo com atores chave e aumentou a captação de recursos, agindo de forma conjunta e articulada (setor público e privado). Em colaboração com os governos estadual e federal, está se **reduzindo as irregularidades fundiárias** e assumindo a propriedade e a gestão do Distrito Industrial, que atualmente está com infraestrutura adequada e quase que totalmente ocupado. Houve avanços na redução dos déficits e melhorias na manutenção e conservação dos serviços públicos, em especial de água e esgoto, cujo atendimento superou 70% dos domicílios.

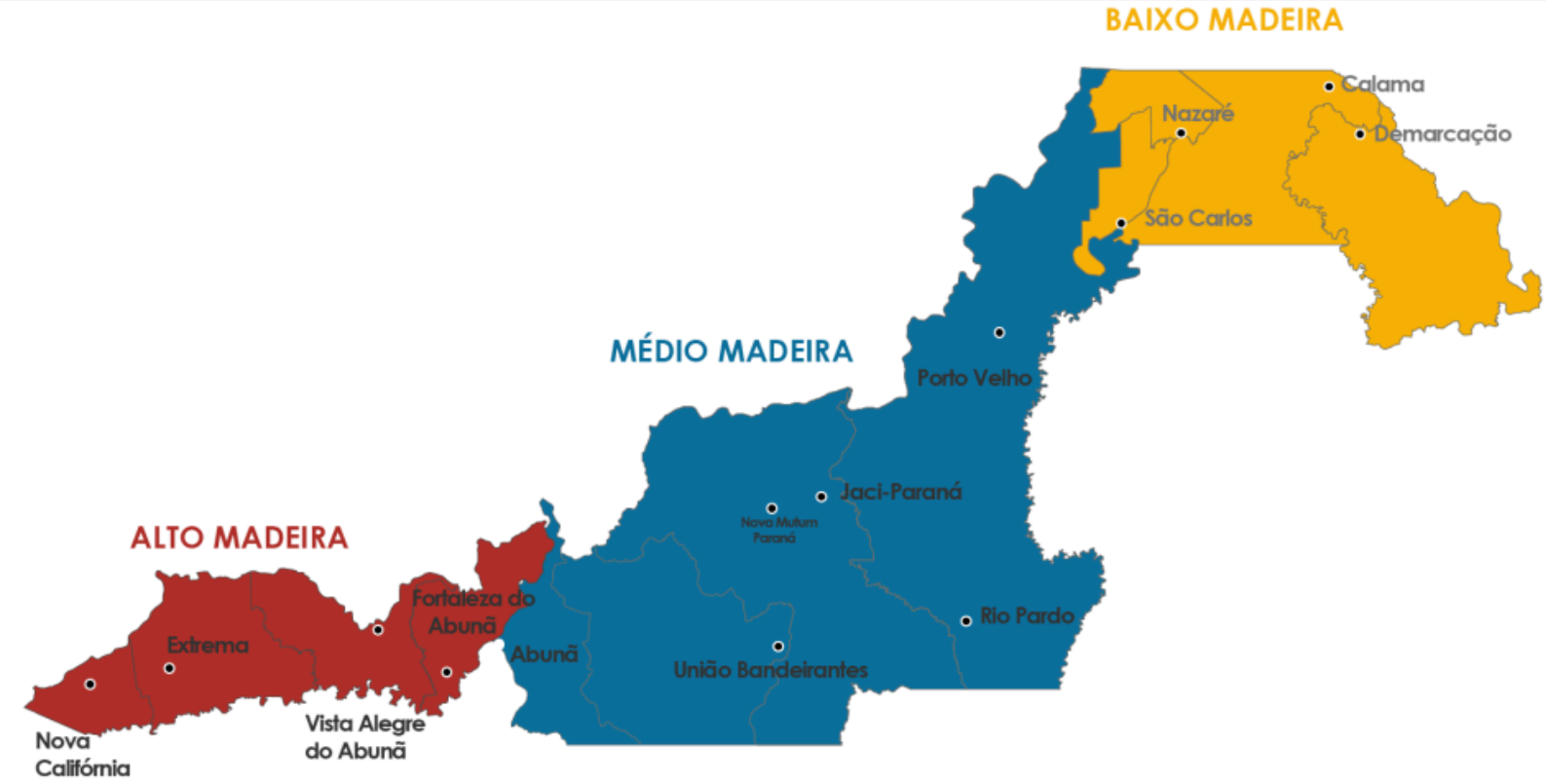
A **mobilidade e o transporte público evoluíram** com redução de conflitos e acidentes com o tráfego de cargas. A educação e a saúde privada estão articuladas, o que ajudou a ampliar a complexidade e a abrangência do mercado com benefícios para o comércio, serviços e o mercado imobiliário. A cultura da **fiscalização ambiental e urbanística** se modernizou e está mais ativa e próxima do cidadão. Vários desafios sociais foram enfrentados. Os **indicadores de sustentabilidade estão acima da média regional**. O bem-estar social melhorou, proporcionando uma vida melhor para o cidadão porto velhense, inclusive com avanços na redução das diferenças entre os distritos e a sede, o que permitiu minimizar movimentos separatistas municipais. **O desenvolvimento de Porto Velho está num círculo virtuoso endógeno e menos vulnerável.**

7.3. Mapas da Situação Urbana





ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS E PLANOS DE ESTRUTURAÇÃO DISTRITAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL



Quadro Síntese do Projeto

Ideia Força	Promover planejamento e gestão integrada e participativa
Potencial	Sedes distritais com população superior a 10 mil habitantes (48% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes). Melhoria da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.
Ações Principais	Instalação de 3 Administrações Regionais, elaboração e implementação de Planos Distritais de Ordenamento Territorial (POT), promoção da participação comunitária.
Estratégia	A partir da avaliação da experiência das administrações regionais, promover a descentralização administrativa mediante ampliação do governo digital incluindo avanços no planejamento territorial e urbano participativo, investimento em infraestrutura e regularização fundiária.
Responsáveis e Intervenientes	Secretaria Municipal de Administração Distrital e Secretaria Geral de Governo,Comunidades dos distritos, Bancos públicos e Organismos internacionais de cooperação.
Principais Resultados	Melhoria na prestação de serviços(eficiência, eficácia, efetividade), desburocratização, redução das desigualdades, desenvolvimento urbano sustentável, aumento da legitimidade, participação cidadã e integridade territorial.
Beneficiários Principais	População residente nos distritos, servidores públicos municipais, empresas e instituições locais(distritais), investidores.
Prazo de Execução	48 meses

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O presente projeto visa fortalecer a administração municipal de Porto Velho por meio da descentralização de serviços, da maior proximidade com as comunidades distritais, da regularização e ordenamento territorial e da melhoria da qualidade dos serviços públicos e infraestrutura nos distritos municipais.

A estratégia central é instalar três sedes de ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS- ARs, correspondentes às regiões geográficas do Alto, Médio e Baixo Madeira, elaborar o PEDOT e capacitar os servidores para, progressivamente, descentralizar responsabilidades, serviços e atividades básicas de acordo com a capacidade local de assumir novas responsabilidades.

A partir da avaliação das vocações regionais e da experiência das administrações distritais atuais promover o ordenamento territorial, a maior autonomia na gestão de serviços básicos, a desburocratização e o governo digital, a regularização fundiária, a assessoria técnica gratuita para habitação e produção agrícola, a qualificação gradual da infraestrutura e dos serviços públicos essenciais.

O principal instrumento desta estratégia é a elaboração de PLANOS DE ESTRUTURAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL (PEDOT), com a participação cidadã, para cada uma das ARs. A integração destes com o Plano Diretor Municipal e com o PAEDS garantirá a coesão das ações em todo o território municipal.

A participação da comunidade é fundamental para a legitimidade, estímulo ao sentido de pertencimento, definição de prioridades e o monitoramento e avaliação do projeto. O envolvimento da comunidade poderá ocorrer mediante a organização de um Comitê Regional Comunitário e em conferências distritais anuais.

As principais atividades e serviços padrão básicos prestados por essas estruturas descentralizadas estão sugeridos a seguir:

Manutenção Urbana e Zeladoria:

- Reparos em calçadas e ruas: “tapa buracos”, “troca lâmpadas" e sinalização básica.
- Pequenos serviços de reparo no sistema de microdrenagem.
- Manutenção de praças, parques e áreas públicas: Podas, pequenos reparos de alvenaria, pisos, mobiliário urbano e equipamentos de lazer e esporte.
- Limpeza urbana e coleta de resíduos: Organizar a coleta seletiva e pequenos centros para a reciclagem de materiais e aterro sanitário

Fiscalização

- Supervisão/orientação de obras e posturas municipais (como comércio ambulante).
- Fiscalização/orientação ambiental e do uso e ocupação do solo.

Atendimento ao Cidadão

- Recebimento de reclamações, sugestões e demandas locais: manter cadastro de solicitações e resolução; encaminhar para a sede aqueles fora de sua alçada.
- Emissão de documentos, como alvarás, licenças e certificados.

Gestão de Serviços Públicos Locais

- Coordenação e Gerenciamento de pequenos serviços e projetos de infraestrutura: Inclui os serviços descentralizados da prefeitura.
- Acompanhamento de serviços das concessionárias e terceiros nos espaços públicos.

Ações Sociais e Comunitárias

- Assistência social: acolhimento e atendimento básico ao cidadão e encaminhamento.
- Organização de agenda e eventos comunitários.
- Promoção de campanhas de conscientização (saúde, educação, segurança).

Intermediação com a Administração Central

- Atuar como ponto de ligação entre a comunidade e a administração central para demandas específicas.
- Comunicação e orientação sobre leis, planos e obras em articulação com o Comitê Regional Comunitário.
- Comunicar e discutir fatos, eventos e atos.

Articular as demandas locais com a LOA e o PPA do município.

Essas estruturas desempenham um papel estratégico na descentralização administrativa, aumentando a acessibilidade dos serviços públicos e possibilitando uma gestão mais próxima das realidades e necessidades de cada região.

A estrutura típica das Administrações Regionais, a exemplo de outras capitais, inclui:

- **Administrador Regional:** responsável pela coordenação geral das atividades na sua área de abrangência.
- **Chefe de Gabinete:** auxilia o Administrador Regional na gestão administrativa, comunicação e relações públicas.
- **Coordenadores: organizados em áreas como:** Comunicação, atendimento e assuntos comunitários e assistência social; Técnica, encarregados de setores específicos de infraestrutura e serviços dentro da regional; Administração, gestão administrativa e financeira da AR, Ti e integração de sistemas e procedimentos com a administração central.
- **Comitê Regional Comunitário:** composto por moradores das áreas urbana e rural da Região Administrativa.
- **Coordenador de Núcleo Distrital:** Coordena as atividades do distrito fora da sede regional.

Essas estruturas desempenham um papel estratégico na descentralização administrativa, aumentando a acessibilidade dos serviços públicos e possibilitando uma gestão mais próxima das realidades e necessidades de cada região, além de articular-se às diretrizes do Plano Diretor Municipal. Permitem que cada Administração Regional (AR) atue de forma integrada com os Núcleos Distritais e com as diversas secretarias municipais, facilitando a prestação de serviços públicos e a implementação de projetos comunitários legitimados e alinhados às necessidades específicas de cada região.

Nesse tipo de descentralização as atividades são executadas diretamente pelas diversas secretarias, em especial, as atividades fins, por meio de uma relação ***"verticalizada"***. A participação das ARs ocorre segundo acordos e procedimentos previamente ajustados com as Secretarias Fim.

Neste modelo, o conhecimento específico e o padrão municipal para implementação de políticas e procedimentos administrativos padrão são mantidos e aprimorados.

Um exemplo é a realização de atividades de educação para aprimorar desempenho e aprendizado das crianças nas escolas ou a prestação de serviços na área de saúde. A replicação de práticas, a redução dos tempos de atendimento, a proximidade com a demanda concreta, o aprendizado mútuo e contínuo (entre equipes da sede e das regionais) garante a qualidade e aprimoramento na execução dos serviços públicos.

Este modelo, futuramente, poderá evoluir de forma gradual para uma estrutura horizontal, na qual as administrações regionais poderão evoluir para “subprefeituras” com funções e responsabilidades mais avançadas. Este processo gradual deve ser avaliado a partir dos resultados da descentralização propostos no presente projeto. (ver exemplo do caminho da administração no município de São Paulo e comentários sobre a de Curitiba em anexo).

A presente proposta para o município de Porto Velho é que, inicialmente, a estrutura de descentralização ocorra de forma “vertical” considerando, especialmente, a situação desigual de recursos de toda ordem e de prestação de serviços em cada uma das ARs. Com o aprendizado e futuramente poderá evoluir para uma situação mais “horizontal” . Seguindo os seguintes princípios:

1. **Descentralização e Subsidiariedade** : As decisões são tomadas no nível mais próximo dos cidadãos, sempre que possível, desburocratizadas e promovendo a autonomia regional.
2. **Participação Cidadã** : Envolver a população no processo de decisão política por meio de consultas públicas, orçamentos participativos, avaliação de resultados e fóruns de discussão, reforçando a legitimidade e eficácia das políticas.
3. **Transparência e Prestação de Contas** : Prioriza a clareza na comunicação de políticas públicas, no uso de recursos como governo digital e na tomada de decisões, promovendo confiança entre cidadãos e autoridades locais.
4. **Cooperação Interinstitucional** : Integra os diferentes níveis de governo e instituições europeias para desenvolver políticas locais coerentes, com uma abordagem inclusiva e de longo prazo, por exemplo ICLEI, principal associação mundial de governos locais e subnacionais dedicada ao desenvolvimento sustentável.
5. **Sustentabilidade e Inovação** : A governança municipal também é orientada para o desenvolvimento sustentável, especialmente no cumprimento das metas do município utilizando tecnologias inovadoras para melhorar os serviços públicos.

Desta forma, pretende-se instituir uma interface descentralizada entre distritos e o centro político localizado na sede municipal representada pela instalação Regionais Administrativas, responsáveis pela condução de Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial - PEDOT.

A estratégia principal é a instalação de três Administrações Regionais, segundo critérios de uma relativa equidistância entre elas, e localizadas em núcleo urbano consolidado conforme sugestão

- Administração Regional do Alto Madeira - AR-AM;

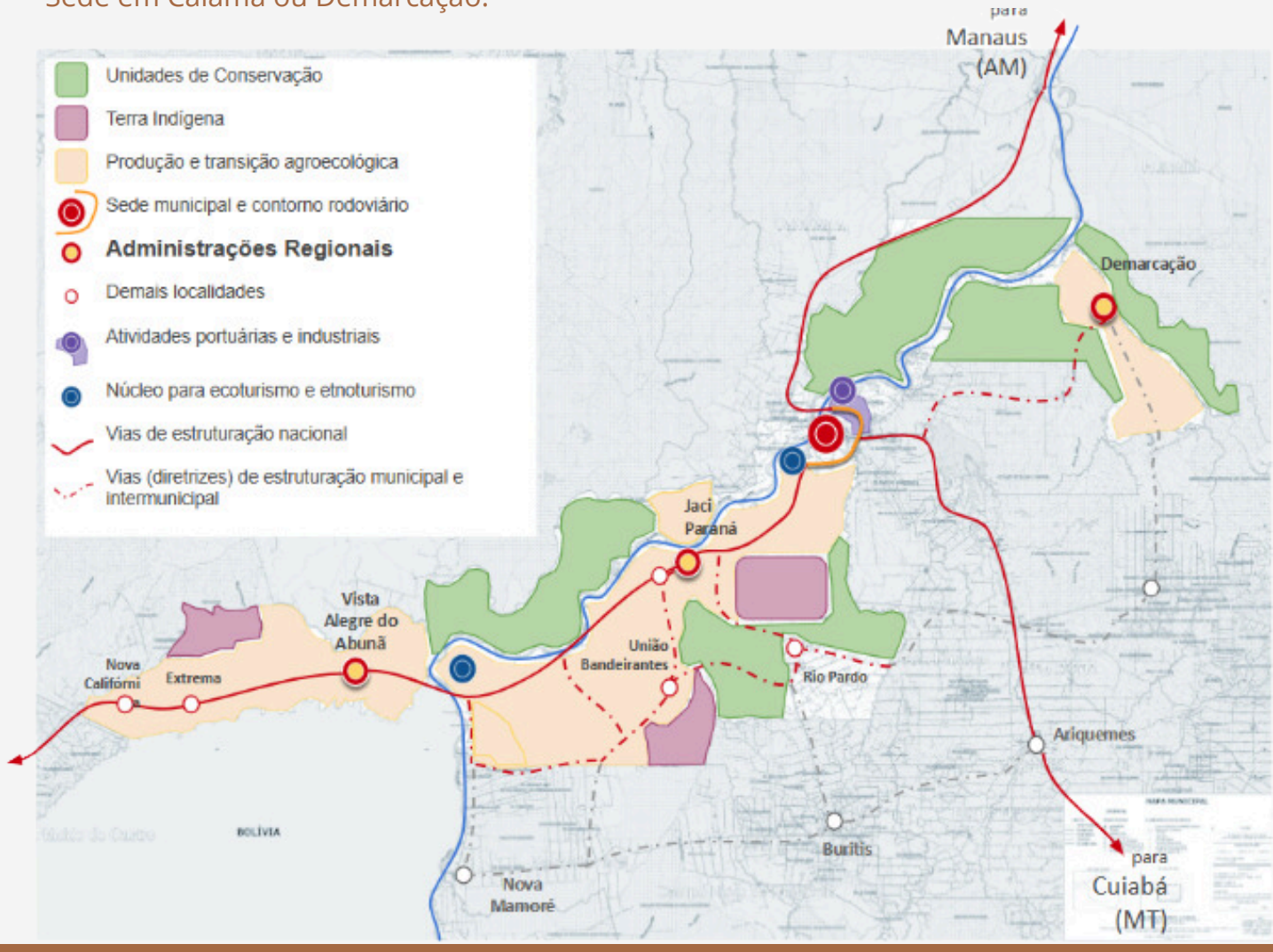
Sede em Vista Alegre do Abunã

- Administração Regional do Médio Madeira - AR-MM;

Sede em Jaci-Paraná ou Nova Mutum.

- Administração Regional do Baixo Madeira - AR-BM.

Sede em Calama ou Demarcação.



As Regionais Administrativas são unidades administrativas descentralizadas ligadas diretamente ao gabinete do Prefeito Municipal, com previsão orçamentária e plano de desenvolvimento que deve compor o plano plurianual e demais peças orçamentárias anuais.

Cada AR deve conduzir a elaboração de um PEDOT, sendo um para cada distrito abrangido pela regional. O PEDOT deve contemplar:

- um diagnóstico do cenários local incluindo a situação de recursos municipais locais de toda ordem;
- o planejamento territorial e urbano, com ênfase nas vocações regionais (ex: cafeicultura, pecuária leiteira, mineração, piscicultura, manejo florestal, turismo dentre outras), na regularização fundiária e na assessoria técnica gratuita, principalmente, para habitação de interesse social e produção agroecológica familiar;
- qualificação da infraestrutura e serviços públicos incluindo o sistema viário e acessos regionais, bem como, a definição de um território de abrangência para cada um dos serviços, considerando eficiência, eficácia e efetividade;
- O território de abrangência de um serviço específico poderá ultrapassar o limite da Região Administrativa tendo em vista sua operacionalidade e a estratégia de implantação.
-

A participação comunitária, deve ocorrer mediante um Comitê Comunitário Regional e Conferências distritais anuais. Esta organização será fundamental para definir prioridades e monitorar e avaliar o PEDOT.

3. RESULTADOS ESPERADOS

- Melhoria na prestação de serviços públicos nos distritos, eficiência (redução de custos operacionais), eficácia (resultados mensuráveis e impactados os beneficiários diretos) e efetividade (continuidade das ações e dos resultados).
- Redução das desigualdades sociais inter-regionais e entre os distritos e a sede.
- Integridade territorial do Município.
- Desenvolvimento urbano e ambiental com maior aderência local e coeso com as diretrizes do PD PV.
- Aumento da legitimidade e participação cidadã na gestão pública.
- Maior agilidade na regularização fundiária de áreas rurais e urbanas nos distritos.
- Melhoria da qualidade do espaço e da infraestrutura urbana (rede viária, espaços públicos, etc.).
- Valorização imobiliária.
- Aumento do investimento público e privado nos distritos.
- Diversificação e geração empregos, mais qualidade e melhor remunerados

3.1. RETORNO DO INVESTIMENTO PÚBLICO PARA A SOCIEDADE PORTOVELHENSE

Para a sociedade distrital, fortalecimento do sentido de pertencimento e melhor qualidade do espaço e dos serviços públicos, valorização das propriedades, redução de custos com deslocamentos e melhoria da segurança.

Para o setor público o retorno seria, redução de custos operacionais na prestação de serviços públicos municipais, aumento da arrecadação municipal (via atividade econômica) e valorização imobiliária nos distritos, com a gradual regularização de terrenos e edificações.

4. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral é fortalecer a administração municipal regional , garantindo maior eficiência, eficácia e efetividade nos serviços públicos e promovendo o desenvolvimento territorial e urbano sustentável nos distritos e a proximidade com o cidadão.

Os objetivos específicos são:

- Instalar e equipar três administrações regionais com equipes capacitadas.
- Elaborar e implementar PEDOTs e projetos específicos de urbanização para cada distrito.
- Promover a participação comunitária ativa via Comitês Comunitários e Conferências Distritais.
- Melhorar a qualidade de vida via ampliação do acesso a serviços e infraestrutura.
- Estimular o desenvolvimento econômico local via desburocratização, organização das atividades no território e facilitação do acesso a investimentos.

5. PÚBLICO-ALVO

- População residente nos distritos.
- Servidores públicos municipais alocados nas Regionais.
- Empresas e instituições que atuam nos distritos.
- Investidores interessados no desenvolvimento local.

6. AÇÕES E METAS

- População residente nos distritos.
- Servidores públicos municipais alocados nas Regionais.
- Empresas e instituições que atuam nos distritos.
- Investidores interessados no desenvolvimento local.

6.1. PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO (6 meses)

- Seleção das sedes regionais dos distritos e estudos técnicos preliminares.
- Contratação de equipe técnica básica e instalação em ambiente e espaço adequado.
- Definição da arquitetura básica do governo digital descentralizado e desburocratizado.

6.2. IMPLANTAÇÃO (12 meses)

- Elaboração dos PEDOTs respectivos Plano de Ação e Investimento com participação comunitária.
- Realização das primeiras conferências distritais e avaliação dos primeiros resultados.
- Inclusão das ações prioritárias de curto e médio prazos no orçamento municipal.
- Início implementação de sistemas do governo digital, e-Gov.

6.3. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO (24 meses)

- Eventuais adequações na organização e procedimentos sugeridos na primeira avaliação do PAI.
- Implementação dos PAIs com obras de infraestrutura e regularização fundiária.
- Consolidação operacional das RA, evolução do sistema do e-Gov e monitoramento contínuo de projetos e ações.
- Realização das conferências distritais anuais prévias à LOA.
- Inclusão de projetos e ações no PPA.

6.4. CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO (12 meses)

- Consolidação do e-Gov.
- Procedimentos de eleição de projetos e ações, elaboração de planos e projetos, inclusão no orçamento das respectivas secretarias, contratação e execução de projetos e obras consolidados.
- Procedimentos de comunicação e atendimento às demandas locais do cidadão consolidado e avaliação 70% positiva.
- Avaliação contínua de opinião do cidadão sobre os serviços públicos e de impacto.
- Disseminação de boas práticas entre as RAs.

7. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

- Número de serviços prestados pelas RAs.
- Nível de satisfação da população com os serviços.
- Número de imóveis regularizados.
- Extensão da rede viária construída/recuperada.
- Número de áreas verdes criadas/recuperadas.
- Investimentos privados atraídos.
- Participação da população nas conferências.

8. ANÁLISE DE RISCO E MARCOS CRÍTICOS

Riscos: Burocracia e dificuldades em aprovações/licenças, atrasos em obras, conflitos na regularização fundiária, espaço e instalações inadequados nas sedes das RAs, baixo engajamento comunitário e interferências políticas contrárias à descentralização.

Marcos Críticos: Aprovação dos PEDOTs, arquitetura do e implementação básica do e-Gov, Instalação e organização básica das Administrações Regionais, organização das Comissões Regionais Comunitários, realização das conferências, atingimento das metas de regularização fundiária.

9. RECURSOS

Estão considerados recursos básicos necessários para os dois primeiros anos de operação e adequados ao porte e abrangência de cada RA. Deverão ser consideradas a adequação dos recursos e atribuições existentes nas administrações distritais atuais e sua evolução para o modelo proposto.

9.1. RECURSOS HUMANOS

- Um Administrador Regional com experiência teórica e prática em administração pública e gerenciamento de projetos.
- Um coordenador de administração com experiencia em procedimentos administrativos e Ti
- Um coordenador técnico com experiência em gestão de porejtos e execução de obras públicas
- Um coordenador de comunicação com experiência em relações públicas e assistência social.
- Equipes de apoio administrativo e técnico.

9.2. RECURSOS FÍSICOS

- Equipamentos para as ARs.
- Materiais de construção.
- Material de escritório.
- Equipamentos para obras de infraestrutura.

10. FONTES DE FINANCIAMENTO

- Orçamento Municipal.
- Convênios com Governos Estadual e Federal.
- Parcerias público-privadas.
- Organismos internacionais.

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O projeto está organizado em 4 etapas e 16 atividades que deverão ser realizadas em até 5 anos conforme cronograma.

Os recursos necessários para a contratação e execução das atividades foram estimados em R$14,1 milhões sendo:

Pré-Investimento, Planejamento e estruturação - R$ 3,0 milhões

- Seleção das sedes regionais dos distritos e estudos técnicos preliminares.
- Contratação de equipe técnica básica e instalação em ambiente e espaço adequado.
- Definição da arquitetura básica do governo digital descentralizado e desburocratizado.

Investimento:

Implantação - R$1,2 milhões

- Elaboração dos PEDOTs respectivos Plano de Ação e Investimento com participação comunitária.
- Realização das primeiras conferências distritais e avaliação dos primeiros resultados.
- Inclusão das ações prioritárias de curto e médio prazos no orçamento municipal.
- Início implementação de sistemas do governo digital, e-Gov.

Implementação e Monitoramento - R$9,0 milhões

- Eventuais adequações na organização e procedimentos sugeridos na primeira avaliação do PAI.
- Implementação dos PAIs com obras de infraestrutura e regularização fundiária.
- Consolidação operacional das RA, evolução do sistema do e-Gov e monitoramento contínuo de projetos e ações.
- Realização das conferências distritais anuais prévias à LOA.
- Inclusão de projetos e ações no PPA.

Consolidação e avaliação - R$900 mil

- Consolidação do e-Gov.
- Procedimentos de eleição de projetos e ações, elaboração de planos e projetos, inclusão no orçamento das respectivas secretarias, contratação e execução de projetos e obras consolidados.
- Procedimentos de comunicação e atendimento às demandas locais do cidadão consolidado e avaliação 70% positiva.
- Avaliação contínua de opinião do cidadão sobre os serviços públicos e de impacto.
- Disseminação de boas práticas entre as RAs.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

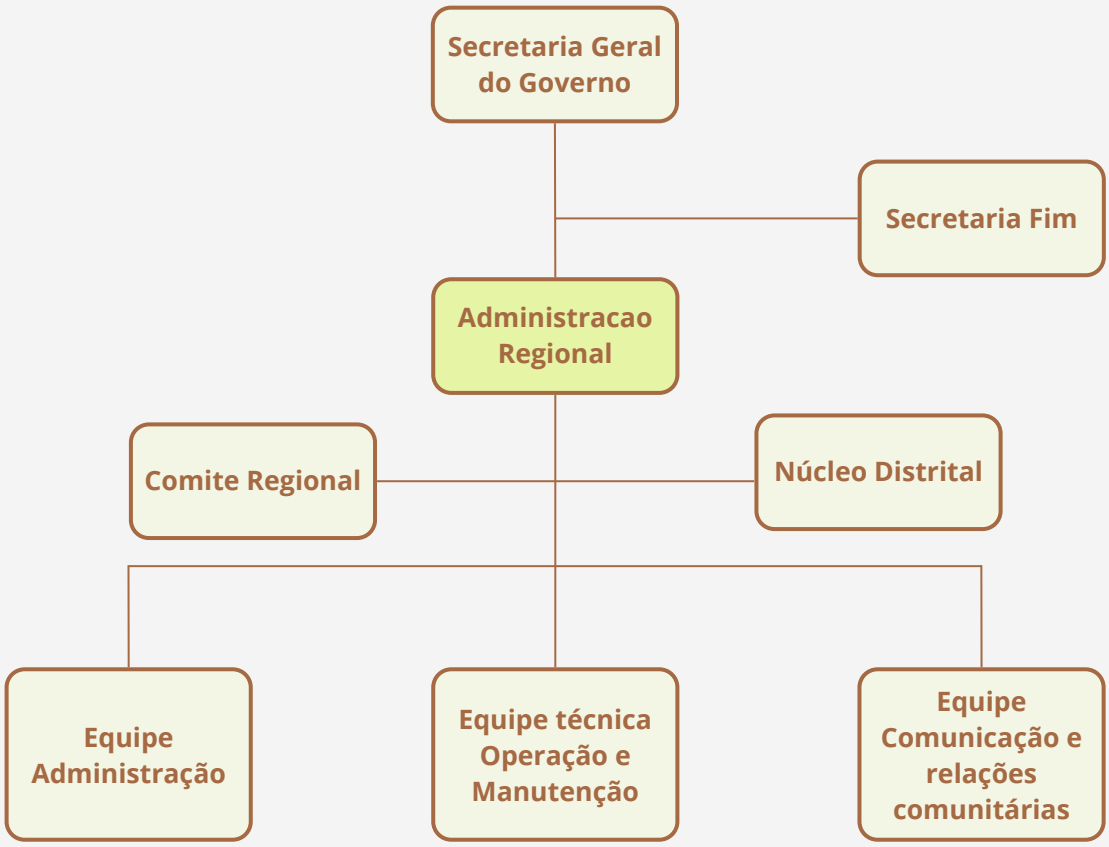
PROJETO 2 - ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS E PLANOS DISTRITAIS FASES E AÇÕES	DURAÇÃO (MESES)					
	Total				%	R$ (1.000)
PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO (6 meses)	6				21,3	R$ 3.000,00
Seleção das sedes regionais dos distritos e estudos técnicos preliminares.	2					
Contratação de equipe técnica básica e instalação em ambiente e espaço adequado.	3					
Definição da arquitetura básica do governo digital descentralizado e desburocratizado.	1					
IMPLANTAÇÃO (12 meses)	12				8,5	R$ 1.200,00
Elaboração dos PEDOTs respectivos Plano de Ação e Investimento com participação comunitár	6					
Realização das primeiras conferências distritais e avaliação dos primeiros resultados.	3					
Inclusão das ações prioritárias de curto e médio prazos no orçamento municipal.	3					
Início implementação de sistemas do governo digital, e-Gov.	1					
IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO (24 meses)	24				63,8	R$ 9.000,00
Eventuais adequações na organização e procedimentos sugeridos na primeira avaliação do PAI.	3					
Implementação dos PAIs com obras de infraestrutura e regularização fundiária.	12					
Consolidação operacional das RA, evolução do sistema do e-Gov e monitoramento contínuo de p	3					
Realização das conferências distritais anuais prévias à LOA.	3					
Inclusão de projetos e ações no PPA.	3					
CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO (12 meses)	12				6,4	R$ 900,00
Consolidação do e-Gov.	3					
Procedimentos de eleição de projetos e ações, elaboração de planos e projetos, inclusão no orçar	3					
Procedimentos de comunicação e atendimento às demandas locais do cidadão consolidado e ave	3					
Avaliação contínua de opinião do cidadão sobre os serviços públicos e de impacto.	3					
Disseminação de boas práticas entre as RAs.	3					
TOTAL					100,0	R$ 14.100,00

12. MECANISMOS DE GOVERNANÇA

12.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Coordenação Geral: Secretaria Geral de Governo,
Responsáveis pelas ARs: Administradores Regionais e equipes técnicas.
Sociedade civil: Comitês Regionais Comunitários

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS



12.2 FUNÇÕES DA GOVERNANÇA

- Definir visão, missão e objetivos.
- Participar da elaboração do plano estratégico e de ação- PEDOT e PAI
- Gerenciar projetos e investimentos.
- Monitorar e avaliar resultados.
- Promover comunicação e transparência.
- Articular ações locais com o PD PVH
- Garantir a sustentabilidade.
- Orientar o cidadão e fiscalizar urbanismo e meio ambiente.

12.3. RESPONSÁVEIS

Prefeitura de Porto Velho:

- Secretaria Geral do Governo: Coordena as ações políticas e administrativas, ações estratégicas alinhadas com o plano de governo e promove a articulação interna e externa diretamente com o coordenador da AR.;

- Secretarias fim: Definem atividades, projetos, serviços, recursos e procedimentos descentralizados tendo por referência o PD PV e os PDOTs, em comum acordo com os coordenadores das ARs;

- Administração Regional: coordenação das atividades descentralizadas e canal de comunicação com a sede do governo municipal.

12.4. PARCEIROS

- Associações profissionais
- Entidades de assistência técnica
- Instituições de ensino superior e profissionalizante
- Organismos internacionais de assistência e fomento

12.5. INTERVENIENTES

- Câmara de Vereadores de Porto Velho
- Comunidades dos distritos
- Empresas concessionárias (infraestrutura e serviços)

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS COORDENAÇÃO GERAL SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG				
ENTIDADES:	**SECRETARIAS FIM**	**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - AR**	**NUCLEOS DISTRITAIS - ND**	**COMITÊ REGIONAL COMUNITÁRIO**
COMPETÊNCIAS:				
PLANOS E PROJETOS	Estratégico: Articulação Plano Diretor e PEDOT	Participação na elaboração do PD PV e PEDOT	Participação na elaboração do PEDOT	Participa da elaboração do PDOT e PAI; Avalia execução do PAI; Opina sobre situações omissas na implementação do PEDOT; Articula com vereadores regionais; encaminha proposições para a AR e ND
	Tático: Apoio e diretrizes para a elaboração PDOT e PAI Regional; Proposição e elaboração de planos e projetos de captação de recursos e parcerias, arquitetura e engenharia;	Participação na elaboração do PAI Regional; Proposição de planos e projetos de captação de recursos e parcerias e de arquitetura e engenharia	Propõem planos e projetos à AR	
ORÇAMENTO	Define, autoriza e gere o orçamento anual e o PPA ouvindo RA	Propõe e participa do orçamento anual e do PPA com referência no PAI Regional	Propõe prioridades ao RA	
	Ordena despesas gerais e descentraliza valores e alçadas para pequenso reparos e manutenção pela RA	Executa orçamento descentralizado e presta contas para a secretaria fim	Acompanha a execução orçamentaria em sua jurisdição.	
GESTÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES	Supervisão geral, gestão, execução e fiscalização de projetos e atividades; Apoio às RAs para a gestão e execução de projetos e atividades descentralizados	Acompanhamento da gestão e execução de projetos e gestão de projetos descentralizados	Acompanhamento da execução de projetos em sua jurisdição	
	Licita, contrata e ordena despesas	Acompanha e colabora na execução de licitações, contratos e despesas. Contrata e ordena despesas segundo alçadas de pequenas obras e manutenção	Acompanha em sua jurisdição	
COMUNICAÇÃO INTERNA	Estabelece sistemas e procedimentos processuais e agenda de reuniões técnicas, eventos e entregáveis, conforme padrões básicos acordados com SGG; Capacita a equipe das Ars e NDs	Organiza procedimentos processuais e agenda de reuniões técnicas, eventos e entregáveis, conforme padrões básicos acordados com SGG e Secreatarias	Recebe e transmite informação em sua jurisdição	
COMUNICAÇÃO EXTERNA	Estabelece sistemas , midia, pautas, prioridades e agenda de eventos , conforme padrões básicos acordados com SGG	Organiza conteúdos, mídia, agenda de eventos, conforme padrões básicos acordados com SGG e Secretarias	Colabora com o AR na Organização de conteúdos, mídia, agenda de eventos, conforme padrões básicos acordados com Ars	

Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável de Porto Velho

PAE DS PVH

Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

funpar

1. Quadro Síntese do Projeto

Desenvolvimento AgropecuárioSustentável e Diversificado	
Ideia Força	Desenvolver economia diversificada e mercado de trabalho moderno e dinâmico
Potencial	Estima-se que setor agropecuáriode Porto Velho tenha aproximadamente 12.000 propriedades agrícolas e uma população rural de quase 9% ou 45.000 pessoas, com potencial de elevar a renda da terra, garantir alimentos saudáveis para a população urbana, conservar as florestas e recuperar áreas degradadas,
Ações Principais	Estruturação do Centro Agropecuáriode Porto VelhoRealização do 1º Censo Agropecuáriode Porto VelhoLançamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuáriode Porto Velho
Responsável coordenador	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEMAGRIC
Resultados principais	Elevação da renda das propriedades rurais (classe média rural)Manejo adequado das florestasAdoção de práticas de cultivos ambientalmente sustentáveis na atividade rural
Beneficiário principal	Diretos: 12.000 propriedade agrícolas, especialmente pequenas e médias, e 45.000 residentes rurais Indiretos: População urbana de Porto Velho e outras cidades do Estado vizinhas à Porto Velho, que poderão se beneficiar com a produção rural diversificada, de qualidade e menor custo.
Prazo de execução – Início Término	3 anos
Valor estimado	R$ 9.033.620

2. Descrição do Projeto

Este projeto, denominado **Desenvolvimento AgropecuárioSustentável e Diversificado** foi selecionado como sendo um dos cinco projetos prioritários para promover o Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho no Horizonte 2030-2050, nos termos descritos pelo Cenário Realizável que consta da Visão de Futuro e Plano de Ação.

A fase de implantação do projeto está prevista para ser iniciada em 01/03/2025 e concluída até 31/12/2028. No entanto, ao fortalecer e desenvolver o setor agropecuárionos termos descritos a seguir, o projeto continuará gerando efeitos permanentes no tempo, de forma que o prazo de 31/12/2028 refere-se somente à conclusão das principais ações previstas que envolvem obras civis e implementação de programas educacionais e de programas de fomento à produção e comercialização.

O projeto é formado por um conjunto de ações sinérgicas no setor agropecuárioe hortifrutigranjeiro, incluindo difusão de inovação em práticas de cultivos ambientalmente sustentáveis e formação de capital humano, que no seu conjunto permitirão que Porto Velho evite se tornar uma **economia de passagem** e se transforme numa economia dinâmica **movida por forças endógenas** de crescimento e desenvolvimento.

O projeto tem por objetivos gerais:

- Fomentar a atividade agropecuáriaem pequenas e médias propriedades como forma de gerar emprego rural e elevar a renda per capita dos produtores rurais;
- Diversificar e industrializar a produção de hortifrutigranjeiros em Porto Velho;
- Estruturar um Centro AgropecuárioMunicipal para formular políticas públicas municipais, realizar censos, mobilizar atores locais, definir prioridades e produtos estratégicos e integrar e complementar as ações de assistência técnica e extensão rural já executadas por outros atores locais;
- Desenvolver o setor agrícola e pecuário com a difusão de tecnologias de cultivos e criação ambientalmente sustentáveis, através de técnicas inovadoras tais como SAF (Sistemas Agroflorestais) e ILPF (Integração Lavoura Pecuária Floresta), manejo florestal sustentável e florestas plantadas, Sistema de Plantio Direto em grãos e hortaliças (SPD), uso de bioinsumos na agricultura (BI), Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA), e terminação intensiva na criação de bovinos;

2.1 Contexto

Conforme diagnóstico do PAEDS-PVH a atividade agrícola e pecuária de Porto Velho está predominante concentrada na monocultura da soja e milho e criação de bovinos. Tais atividades constituem uma importante fonte de dinamismo econômico e renda externa que contribui para equilibrar a balança de pagamentos e movimentar a indústria e os serviços logísticos, porém são caracterizadas por práticas extensivas, pelo uso de grandes extensões de terras e caracterizadas por baixo valor agregado e pouca geração de emprego. Ao mesmo tempo, nos últimos anos a população de Porto Velho cresceu criando uma demanda alimentar que ainda hoje não é totalmente atendida pela produção local. Como consequência a região convive com um alto custo de vida devido a necessidade de importação de alimentos frescos oriundos outras regiões distantes, sofre com problemas de segurança alimentar e possui um setor de hortifrutigranjeiro acanhado se comparado ao potencial existente. A baixa produção de hortifrutigranjeiros também contribui para a migração campo-cidade, com baixa qualificação do trabalho realimentando o círculo vicioso da falta de mão de obra qualificada e a formação de bolsões de pobreza urbana.

No intuito de romper tal círculo vicioso o presente projeto procura planejar e reorientar o desenvolvimento do setor agro pecuário, criar condições de infraestrutura, viabilidade econômica e oferecer capacitação técnica e educacional para que pequenos e médios produtores rurais aumentem sua renda per capita gerada no campo, especialmente oriundas de sistemas e tecnologias de cultivos saudáveis para o consumo humano e sustentáveis para o equilíbrio ambiental. Adicionalmente o projeto contribui para que aumente o índice de industrialização da produção rural, explorando a ideia de uma “Produção Local da Amazônia Sustentável”, com produtos *in natura* e localmente industrializados, de baixo impacto ambiental, certificados e rastreáveis, e nos casos em que se detecte potencial, com a obtenção de indicação geográfica. Por fim espera-se ainda que o projeto contribua também para melhorar a qualidade de vidas das famílias no campo e promova um equilíbrio entre desenvolvimento urbano e rural, evitando de bolsões de pobreza no centro urbano.

2.2 Visão Geral

O projeto é um conjunto de ações organizadas em torno de seis objetivos estratégicos, os quais englobam vários aspectos da organização do setor agropecuáriode Porto Velho. O projeto contém objetivos e ações para mapeamento e levantamento de dados (diagnósticos precisos), elaboração de políticas públicas e execução de diversas ações pontuais orientadas para resultados específicos, que percorrem todo o ciclo PDCA planejar, executar (do it), controlar e avaliar. O projeto **Desenvolvimento AgropecuárioDiversificado e Sustentável de Porto Velho** é um projeto sistêmico para todo o setor agropecuáriode pequenas e médias propriedades agrícolas, e obterá seu resultado planejado pela combinação e execução em paralelo dos seis objetivos, tal como mostrado na figura 1.

Figura 1 – Visão Geral do Projeto

2.3 Pequenas e Médias Propriedade Agrícolas

A propriedade rural alvo deste projeto são as pequenas e médias propriedades rurais. A definição de pequenas e média propriedade segue o conceito de módulo fiscal, fixado pelo INCRA. Neste projeto são consideradas *pequenas* as propriedades com até 4 módulos ficais, e *médias* propriedades aquelas com tamanho entre 4 e 15 módulos fiscais. No caso do Município de Porto Velho, de acordo com a Embrapa, um módulo fiscal corresponde à 60ha, assim temos a seguinte tabela de classificação de propriedades rurais do Município de Porto Velho:

Tipo de Propriedade	Módulo Fiscal (até)	Hectares
Pequena	**4**	**240**
Média	**15**	**900**

Fonte: Calculado a partir da Embrapa (https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal)

3. Resultados Esperados

- Mapeamento sócio, econômico e ambiental detalhado do setor agropecuário de Porto Velho, georreferenciado;
- Política sistêmica de desenvolvimento agropecuário, materializado num Plano de Desenvolvimento Agropecuário Sustentável;
- Aumento da renda média dos pequenos e médios produtores rurais de Porto Velho, estimada em R$ 122.848 para agricultura familiar do estado de Rondônia, conforme Censo Agropecuário 2017 (IBGE – Tabela 7) corrigido pelo IPCA até 2024;
- Aumento da produtividade das propriedades agrícolas, com uso mais intensivo do solo, e menor impacto ambiental;
- Aumento da diversificação de produção agropecuária como hortifrutigranjeiros, criação de animais e produtos da floresta amazônica;
- Difusão de técnicas de cultivos e criação ambientalmente sustentável como SAFs, ILPF, manejo florestal, plantio direto entre outros, como forma de aumentar a renda das propriedades e ao mesmo tempo reduzir o impacto ambiental;
- Aumento do índice de industrialização da produção agropecuária;
- Difusão de processos de certificação de origem e indicação geográfica;
- Intensificação das ações de assistência técnica e extensão rural para os produtores rurais familiares;
- Aumento do número de associações de produtores e cooperativas agrícolas sediadas em Porto Velho;
- Melhorias na rede de abastecimento e comercialização da produção agropecuária familiar de Porto Velho;
- Reforma e ampliação da Central de Abastecimento de Rondônia (CEARO), como forma de melhorar o sistema de abastecimento e comercialização;
- Articulação e reforço das ações e programas desenvolvidos por diversos atores locais e instituições que atuam no setor agro pecuário, organizando os esforços para convergirem para os propósitos do Plano Municipal de Produção Agropecuária Sustentável.

4. Objetivos

Este projeto tem por **objetivo geral** desenvolver a agricultura e a pecuária em pequenas e médias propriedades de Porto Velho, para aumentar a renda per capita rural e diversificar a estrutura produtiva deste setor, fazendo uso de tecnologias modernas e inovadoras especialmente com o uso de processos de cultivo e produtivo que utilizam SAFs (Sistemas Agroflorestais) e ILPF (Integração Lavoura Pecuária Floresta), manejo florestal sustentável e florestas plantadas, Sistema de Plantio Direto em grãos e hortaliças (SPD), uso de bioinsumos na agricultura (BI), Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA), e terminação intensiva na criação de bovinos .

O projeto inclui também ações de formação de capital humano com perfil técnico, bem como, capacitação de pequenos e médios produtores rurais em tais tecnologias e ações de escoamento e comercialização da produção.

Em termos gerais, o projeto tem por objetivo diversificar a produção de economia como um todo e promover a industrialização de parte da produção agropecuária como forma de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do município.

4.1 Objetivos Específicos

- **Ob1:** Estruturar um **Centro AgropecuárioMunicipal (CEAP),** para planejar e executar políticas públicas municipais orientadas a fortalecer, inovar e diversificar a produção agrícola e pecuária do Município, em parceria e complementarmente à atuação das demais instituições que atuam no setor como Emater, Faperon/Senar, Embrapa, entre outras;
- **Ob2:** Elaborar e revisar, a partir do CEAP, periodicamente um **Censo Agropecuário Municipal,** que permita diagnosticar o setor e avaliar e aprimorar as políticas agrícolas e pecuárias municipais;
- **Ob3**: Elaborar um **Plano Municipal de Produção Agropecuária Diversificada,** a partir do CEAP, para diversificar e industrializar a produção do município, agregando valor à produção das pequenas e médias propriedades rurais;

Ob4: Organizar um sistema de certificação de produção ambientalmente sustentável, com o selo "Produção Local da Amazônia Sustentável" e efetuar levantamento sobre produtos locais com potencial para recebimento do selo de **indicação geográfica**;

Ob5: Concluir as obras e ampliar as operações da **Central de Abastecimento de Rondônia (CEARO)**, em parceria com o Governo de Estado, com boxes de uso permanente pelos produtores rurais, e convertendo-a em uma plataforma física para operação da rede de distribuição e comercialização de produtos agro pecuários, conforme objetivo Ob6 a seguir;

Ob6: Desenvolver e ampliar a **rede de distribuição e comercialização** da produção agropecuária de pequenas e médias propriedades rurais, para abastecer mercados e supermercados da região, atender demanda de outros municípios, exportar para regiões de fronteira como Bolívia e Peru e, também para abastecer demandas das instituições públicas, especialmente merenda escolar (programa já existente na SEMED). Estabelecer centros logísticos regionais (sede e distritos) para facilitar a distribuição e escoamento da produção.

5. Público Alvo

O projeto beneficiará diretamente 40.418 pessoas, que corresponde à 8,8% da população total estimada de 460.434 Porto Velho em 2022, que vivem na zona rural, que são os potenciais produtores rurais familiares de pequenas propriedades, embora um percentual (não calculado para este projeto) resida na área "urbana" dos distritos e trabalhem em outras atividades que não o setor agrícola e criação animal. Indiretamente, pela oferta e suprimento da demanda com produtos de qualidade a preços mais acessíveis, o projeto deverá beneficiar também toda a população de Porto Velho e estabelecimentos comerciais que comercializam produtos agrícolas e animais.

6. Data de Início e Término

Início: 01/03/2025
Fim: 31/12/2028

O projeto está planejado para iniciar em 01/03/2025 com conclusão em 31/12/2028. Apesar de fixar uma data de término, várias ações e objetivos terão caráter contínuo, como por exemplo a atuação do Centro Agropecuário de Porto Velho, incluindo a revisão deste projeto quando do seu término.
Compreende-se que a realidade do setor agropecuário é complexa e a heterogeneidade das propriedades e situação das famílias rurais é grande, de tal modo que, é certamente utópico que tal realidade seja radicalmente transformada em apenas três anos, tempo de duração deste projeto. Este projeto é na verdade, o início de uma longa marcha, e seu mérito maior é conseguir dar um direcionamento estratégico para a economia rural de Porto Velho, em direção ao plano maior do PAEDS-PVH, que é de colocar o município em uma rota de crescimento econômico endógeno, sustentável e inclusivo.

É por isso que alguns objetivos e ações têm de fato uma data específica para ser concluído, enquanto continuam sendo executados no tempo, após a conclusão dos três anos iniciais. Findo estes três anos, espera-se que este projeto de **Desenvolvimento AgropecuárioDiversificado e Sustentável**, possa ser revisado e atualizado, a partir da evolução do setor e dos resultados que ele produziu, dando início à um novo ciclo de planejamento do setor agropecuário de Porto Velho.

7. Ações

As ações do projeto estão organizadas em torno dos cinco objetivos específicos listados na seção 4.1.

Ob1: Criar um **Centro Agropecuário Municipal (CEAP)**

O Centro Agropecuário Municipal de Porto Velho foi pensado para ser uma estrutura complementar dentro do organograma da SEMAGRIC com a missão maior de planejar, integrar e implementar ações para o desenvolvimento do setor agropecuário a partir de práticas modernas de gestão pública articulada em rede.

A primeira ação é este próprio projeto de **Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável,** o qual contém um conjunto diversificado de objetivos e ações. O CEAP está sendo concebido para ter uma estrutura funcional mínima, com uma equipe composta por três engenheiros, quatro técnicos rurais e dois servidores administrativos, e uma infraestrutura mínima que funcionará dentro da própria sede da SEMAGRIC, vinculada ao Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Porto Velho.

A principal missão do CEAP é formular, integrar e implementar políticas públicas direcionadas para a agricultura, pecuária e abastecimento, que se alinhem estrategicamente aos objetivos principais do PAEDS-PVH. Complementarmente o CEAP poderá realizar ações específicas de reforço de assistência técnica e extensão rural que já estão sendo executadas pelas demais instituições que atuam no setor, especialmente aquelas ações voltadas ao uso de tecnologias ambientais tais como SAFs, ILPF, manejo florestal, plantio direto, certificações de produção agrícola, etc. Resumidamente o CEAP tem como missão:

- Formular políticas públicas sistêmicas e articuladas em rede para o setor agropecuário de Porto Velho;
- Organizar e mobilizar os atores locais para atuarem de forma sinérgica e convergente com os objetivos e cenário realizável do PAEDS-PVH;
- Executar, de forma complementar às demais instituições e atores locais, com recursos e equipe própria, ações que promovam o desenvolvimento e os objetivos deste projeto e de forma mais abrangente os objetivos do PAEDS-PVH.

Ações:

- Ação 1.1: Criar um Centro Agropecuário Municipal (CEAP), formulador e executor de políticas públicas agrícolas e pecuárias municipais, na forma de um orgão público dentro da estrutura administrativa da SEMAGRIC, com capacidade, inclusive orçamentária, para organizar demandas e projetos de interesse municipal, orientados pelos eixos estratégicos do PAEDS-PVH: inovação, inclusão e sustentabilidade ambiental, aplicados ao desenvolvimento do setor
- Ação 1.2: Definir, contratar e/ou alocar quadro funcional municipal e prover instalações do CEAP;

Ob2: Realizar um **Censo Agropecuáriode Porto Velho**, com georreferenciamento, mapeando as propriedades rurais, tamanho, situação do cadastral rural, informações sociais e econômicas dos proprietários, o que produziu nos últimos 5 anos e o que está produzindo à época do censo. O censo pode ser atualizado a cada 2 ou 3 anos, como uma política permanente do setor, para avaliação de resultados das políticas públicas implementadas pelo CEAP e monitoramento da evolução do setor agropecuáriocomo um todo

- Ação 2.1: Organizar uma plataforma eletrônica para realização, sistematização e divulgação dos dados do censo, incluindo: software e equipamentos para recenseadores em campo, transferência de dados, banco de dados relacional para armazenamento de dados, georreferenciamento, análise de dados, divulgação de resultados em plataforma eletrônica;
- Ação 2.2: Contratar recenseadores e analistas de dados, por meio de edital público, para realização do censo;
- Ação 2.3: Adquirir/arrendar computares/tablets para pesquisadores de campo;
- Ação 2.4: Efetuar recenseamento em campo;
- Ação 2.5: Disponibilizar microdados do Censo para uso público e produzir relatórios, cadernos e estudos, em parceria com instituições de pesquisa, sobre o setor agropecuário de Porto Velho, utilizando o ecossistema local de inovação para chamamento de pesquisas e estudos.

Ob3: Criar um **Plano Municipal de Produção AgropecuáriaDiversificada** para diversificar e industrializar a produção do município, agregando valor à produção das pequenas e médias propriedades rurais;

- Orientações Gerais: Elaborar, a partir do CEAP, fundamentado no censo, um **Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário**, revisando, reforçando e ampliando os programas já existentes na SEMAGRIC, integrando programas e planos de outros atores locais e incluindo planos, metas e prazos para desenvolvimento das pequenas e médias propriedades agrícolas e do setor como um todo contemplando os seguintes itens:

a) Definir, a partir do censo e outros estudos, em parceria com instituições do setor, quais os principais produtos agro pecuários de interesse em promover o cultivo e criação, objeto do Plano, para receberem ajuda técnica e financeira e criar programas de incentivo à cadeia produtiva de tais produtos, incluindo entre outros os seguintes segmentos já identificados como prioritários:

- Produtos Amazônicos
- Café
- Piscicultura
- Laticínios
- Apicultura e Meliponicultura
- Olericultura
- Manejo Florestal Sustentável, incluindo manejo comunitário
- Programa de Recuperação de Área Degrada (RAP agrícola e pecuário)
- Integração lavoura pecuária floresta e silvicultura com potencial para obtenção de pagamentos por serviços ambientais através da captura de carbono

b) Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural para qualificação de produtores rurais nas mais diversas técnicas de cultivo e conservação ambiental, incluindo processamento e industrialização de alimentos. Dar ênfase nos cultivos e criações alvo do **Plano Municipal de Produção de Agropecuária Diversificada**;

c) Desenvolver cursos, experimentos e demonstrações, programa de visitas técnicas adaptando o programa de atuação do **Centro Agropecuário de Porto Velho** (a ser criado conforme objetivo 1), para produção em geral e em particular para os produtos definidos na ação 3.1;

d) Implementar um programa capacitação de pequenos e médios produtores para obtenção de crédito em programas de financiamento tais como: Plano Safra, Pronaf, Pronamp, Proagro, FGPP e crédito do Sebrae;
e) Implementar um programa de industrialização da produção agro pecuária, com apoio do Ecossistema Municipal de Inovação, inclusive com incubação de novas iniciativas.

- A3.1: Organizar um Grupo de Trabalho, coordenado pela SEMAGRIC, envolvendo diversos atores locais
- A3.2: Definir metodologia e orientações estratégicas do Plano
- A3.3: Realizar consultas públicas, inclusive nos distritos
- A3.4: Definir o modelo de governança de implementação do Plano
- A3.5 Elaborar e publicar o Plano

Ob4: Criar um sistema de certificação de produção ambientalmente sustentável, com o selo "Produção Local da Amazônia Sustentável" a partir das práticas de "Denominação de Origem Controlada (DOC) e efetuar levantamento sobre produtos locais com potencial para recebimento do selo de indicação geográfica;

- Ação 4.1: Instituir e implementar um sistema de certificação de qualidade, origem (Denominação de Origem Controlada - DOC) e produção ambientalmente sustentável, com rastreabilidade da produção, denominado "Produção Local da Amazônia Sustentável". O programa deve contar com a parceria de instituições que operam no setor agropecuário de Rondônia e Porto Velho;
- Ação 4.2: Capacitar os pequenos e médios produtores rurais, reforçando os programas de assistência técnica e extensão rural já existentes, para adoção de práticas de cultivo e criação certificada, nos padrões definidos na ação 4.1;
- Ação 4.3: Certificar e pequenos e médios produtores rurais que adotem práticas de produção local da Amazônia Sustentável;
- Ação 4.4: Identificar produtos regionais com potencial e obtenção do selo de **indicação geográfica,** pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e auxiliar e habilitar os produtores locais para obterem a concessão do registro.

Ob5: Concluir as obras e ampliar as operações da **Central de Abastecimento de Rondônia (CEARO)**

- Ação 5.1: Elaborar projeto de revitalização, acesso e instalações da Central de Abastecimento de Rondônia, em parceria com o governo do Estado, incluindo box de uso permanente para produtores, balcões expositores, pátios, outras instalações como lanchonetes, praça de alimentação, banheiros, áreas de convivência, etc. O local deve ter capacidade para abrigar eventos agrícolas e pecuários, feiras, etc;
- Ação 5.2: Implementar obras de acordo com o projeto;

Ob6: Desenvolver e ampliar **rede de distribuição e comercialização** da produção agrícola de pequenas e médias propriedades rurais e estabelecer centros logísticos regionais (sede e distritos) para facilitar a distribuição dos produtos.

- Ação 6.1: Implementar um programa de fomento à criação de cooperativas de produtores rurais, com bases distritais;
- Ação 6.2: Instalar associações e cooperativas, individualmente ou em consórcio, em boxes no CEARO, como forma de escoamento contínuo da produção;
- Ação 6.3: Criar uma agenda de eventos, ações, encontros, feiras, jornadas, festas, seminários, na forma de calendário para promoção de conhecimentos, práticas e estímulo e valorização da pequena e média agricultura e pecuária familiar.
- Ação 6.4: Utilizar o sistema público de compras, incluindo merenda escolar (programa já existe na SEMAGRIC), que privilegie compras de produtos produzidos localmente;
- Ação 6.5: Criar um programa de comercialização de produtos locais na rede atacadista e varejista local com o selo Produção Local da Amazônia Sustentável.

8. Indicadores de Acompanhamento

Objetivo/Indicador		Métrica	Meta
Ob1	**Criar um Centro Agropecuário Municipal (CEAP)**		
	Contratação de equipe	Nº servidores	8
	Aquisição de computadores e notebooks	Nº computadores	12
	Instalações: sala e mobília	Espaço físico	100%
Ob2	**Realizar e revisar periodicamente um Censo Agropecuáriode Porto Velho**		
	Plataforma eletrônica do Censo	Software e banco de dados	100%
	Contratar e treinar recenseadores	Nº de recenseadores	20
	Propriedades agrícolas recenseadas (não há estatística oficial) *	Nº de propriedades	12.000
	Estudos e pesquisas encomendadas a partir dos dados do censo	Nº de pesquisas publicadas	10
Ob3	**Elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Sustentável**		
	Organizar e operacionalizar GT	Ata de Criação (binário sim/não)	Sim
	Realizar consultas públicas	Nº Consultas	15
	Elaborar e publicar Plano de Desenvolvimento	Plano elaborado (binário: sim/não)	sim
Ob4	**Certificação "Produção Local da Amazônia Sustentável"**		
	Desenvolver sistema de certificação e plataforma eletrônica	Sistema e plataforma operando (binário: sim/não)	sim
	Capacitar produtores rurais	Nº de produtores treinados	30% do total
	Certificar Produtores com selo de Produção Local da Amazônia Sustentável	Nº de produtores certificados	10% do total
	Cadeias produtivas certificadas nos primeiros 3 anos do projeto	Nº de produtos	20
	Produtos com Indicação Geográfica enviada para análise do INPI, nos primeiros 3 anos do projeto	Nº de indicação	2

* O número de propriedades rurais de Porto Velho desconhecido. Estima-se aproximadamente 12.000, considerando que o INCRA tenha cadastrado 9020 imóveis rurais.

Objetivo/Indicador		Métrica	Meta
Ob5	**Concluir as obras e ampliar as operações da Central de Abastecimento de Rondônia (CEARO)**		
	Projeto de engenharia	Projeto aprovado (binário: sim/não)	100%
	Obra Civil	Cronograma físico de obra entregue	100%
Ob6	**Desenvolver e ampliar a rede de distribuição e comercialização produção agro pecuária**		
	Associações rurais e cooperativas criadas nos primeiros 3 anos do projeto	Nº de instituições criadas	10
	Produtores com contratos de fornecimentos de produção local na rede varejista	Nº de produtores	5% do total

9. Análise de Riscos e Marcos Críticos

9.1 Análise de Riscos

Este projeto está sujeito aos seguintes riscos operacionais:

- Diretrizes dos governos estadual e federal conflitantes com a "visão" do cenário desejável para Porto Velho;
- Baixo engajamento das secretarias chave do governo municipal e do setor privado;
- Alocação de orçamento municipal e estadual para as ações previstas no projeto;
- Interesses políticos diferentes entre esfera municipal e estadual, podem obstar diálogo e convergência de ações;
- Cultura de gestão pública orientada por projetos pouco desenvolvida, pode afetar qualidade e os próprios objetivos do projeto;
- Problemas de comunicação podem afetar compreensão e motivação dos atores locais sobre o projeto e o PAEDS-PVH;
- Crises políticas, ambientais ou econômicas nacionais e locais podem desviar as atenções;
- Alternâncias de grupos políticos podem gerar descontinuidades na condução do PAEDS-PVH;

9.2 Marcos Críticos

- Ato de criação do Centro Agropecuário de Porto Velho – CEAP
- Lançamento do 1º Censo Agropecuário de Porto Velho
- Lançamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Porto Velho – 2025-2050
- Lançamento do Selo de certificação "Produção Local da Amazônia Sustentável"
- Certificação dos primeiros produtores agrícolas com o selo "Produção Local da Amazônia Sustentável
- Re-inauguração da Central de Abastecimento de Rondônia – CEARO

10. Fontes de Financiamento

Fonte/Programas	
Instituições	
Orçamento Prefeitura de Porto Velho	
Orçamento Governo Estadual	
Parceiros Institucionais	
Agências e Fundos Internacionais	
Ministério de Agricultura e Pecuária – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural	
Programas	Operadores
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronamp-investimento	BNDES
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mais-alimentos	BNDES
Programa Ecofortehttps://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/r-100-milhoes-do-programa-ecoforte-fortalece-redes-de-agroecologia-e-producao-organica	BNDES, Banco do Brasil
Programa de Verticalização da Produção Agrícola (Prove)	Semagri(RO)
Plano Setorial para Adaptação àMudança do Clima e Baixa Emissãode Carbono na Agropecuária PAE/ABC+/RO 2023-2030	Semagri(RO)
Programa Nacional de Bioinsumos (BRASIL, 2020)	verificar

11. Cronograma Físico

| PROJETO 3 - Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável
FASES E AÇÕES | DURAÇÃO (MESES) | | |

12. Governança

O projeto **Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável de Porto Velho**, seus diversos objetivos e ações, será coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Velho (SEMAGRIC), com apoio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG), que se articulará em rede com os demais atores locais listados a diante. Apesar da iniciativa estar sob a coordenação da SEMAGRIC, entende-se que este projeto de desenvolvimento seja resultado do esforço cooperativo e sinérgico destas diversas instituições. Parte do que se propõe neste projeto já está sendo executado pelos diversos atores, mas de forma isolada, por iniciativas de competência de cada uma delas e nem sempre articulados.

A SEMAGRIC, em conjunto com a SEMPOG, possui a missão principal de coordenar, integrar e reforçar as ações dos diversos atores, a fazer com que as ações e programas, novos e existentes sejam orientados, convirjam e produzam resultados sociais, econômicos e ambientais propostos neste projeto. A efetividade dos resultados será tanto maior quanto maior o grau de sinergia e orientações das diversas ações, mas cabe SEMAGRIC juntamente com a SEMPOG a missão principal de conduzir o projeto.

12.1 Princípios de Governança

O projeto **Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável de Porto Velho** está orientado pelos seguintes princípios gerais:

a) **Alinhamento estratégico:** O projeto deve estar alinhado com a Estratégia de Governo Digital de Rondônia, em especial com os seus objetivos de "promover a inclusão digital e o acesso à informação" e "fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no estado". Adicionalmente, o projeto deve estar em conformidade com a Política de Inovação Municipal de Porto Velho, em especial com os seus objetivos de "consolidar um ecossistema local de inovação" e "estimular a constituição de ambientes promotores de inovação".

b) **Governança colaborativa**: A governança do projeto deve ser colaborativa e participativa, envolvendo os diversos atores do ecossistema de inovação de Porto Velho, incluindo o governo municipal, as universidades, as empresas e a sociedade civil. A formação de um conselho gestor, com a participação de representantes desses atores, é fundamental para garantir a gestão transparente e democrática do projeto.

c) **Gestão eficiente**: A gestão do projeto deve ser eficiente e transparente, com a utilização de ferramentas e metodologias de gestão de projetos que garantam o cumprimento dos objetivos, prazos e custos estabelecidos. A divulgação regular de informações sobre o andamento do projeto, por meio de relatórios, website e redes sociais, é essencial para garantir a transparência e a *accountability.*

d) **Sustentabilidade**: O modelo de governança deve garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A busca por parcerias com empresas e instituições, a diversificação das fontes de financiamento e a formação de capital humano são essenciais para garantir a sustentabilidade do projeto.

12.2 Principais Atores

1. Prefeitura de Porto Velho – SEMAGRIC e SEMPOG
2. Governo do Estado de Rondônia - SEAGRI, SEDUC
3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA-RO/MAPA
4. Universidade Federal de Rondônia – UNIR: Departamentos de Agronomia, Zootecnia, Eng. Florestal, Pesca, Medicina Veterinária
5. Instituto Federal de Rondônia – IFRO
6. Centro de Estudos Rio Terra
7. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – FAPERON
8. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON
9. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RO
10. Senar
11. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA-RO
12. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB/RO

Caminho das Águas

PAE DS PVH

Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

funpar

Quadro Síntese do Projeto

Ideia Força	Investir no Desenvolvimento Urbano e no Saneamento Ambiental
Potencial	Mitigação de enchentes, despoluição de igarapés, criação de espaços públicos verdes, melhoria da qualidade de vida e aumento da resiliência climática. Demonstração da viabilidade das Soluções Baseadas na Natureza - SbN como modelo replicável para outras cidades.
Ações Principais	Implementar infraestrutura verde como wetlands construídos, jardins de chuva, valetas de biorretenção e bacias de retenção/detenção.Restaurar margens de igarapés e criar corredores ecológicos com plantio de espécies nativas.Desenvolver parques lineares e áreas de convivência integradas às áreas revitalizadas.Promover educação ambiental e engajamento comunitário através de oficinas, campanhas e formação de comitês locais.Monitorar continuamente a qualidade da água, biodiversidade, redução de alagamentos e indicadores sociais, utilizando tecnologias como sensores remotos e SIG.
Estratégia	Integrar soluções de drenagem sustentável com restauração ecológica para mitigar impactos socioambientais em áreas críticas.Priorizar regiões vulneráveis a enchentes e com alta degradação ambiental, promovendo resiliência climática e inclusão social.Demonstrar a eficácia e replicabilidade das SbN para transformar a gestão de recursos hídricos e influenciar políticas públicas.
Responsáveis e Intervenientes	Prefeitura de Porto VelhoSecretarias Municipais (Meio Ambiente, Obras, Planejamento, etc.)Universidades e Institutos de PesquisaONGs AmbientaisComunidades locaisEmpresas Privadas (via PPPs)Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, GEF, GCF)
Principais Resultados	Recuperação de áreas degradadas e melhoria da qualidade da água.Redução da frequência e intensidade de enchentes.Criação de espaços públicos verdes e aumento da biodiversidade urbana.Fortalecimento da participação comunitária na gestão ambiental.Desenvolvimento de um modelo replicável de intervenção urbana sustentável.Melhoria da saúde pública e da qualidade de vida da população.Valorização urbana e atração de investimentos.
Beneficiários Principais	Moradores de áreas próximas aos igarapés revitalizados (diretos).População de Porto Velho (indiretos).Usuários dos espaços públicos criados.Empreendedores locais e setor turístico.
Prazo de Execução	120 meses, sendo 36 meses para projeto pilogo

2. Descrição do Projeto

O programa “Caminho das Águas” tem como objetivo implementar um conjunto de ações integradas para a recuperação ambiental, o controle de inundações e a revitalização urbana. O programa vai iniciar com um projeto piloto em uma microbacia prioritária de Porto Velho. Esta iniciativa visa demonstrar, de forma prática, a eficácia das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como uma abordagem inovadora e interdisciplinar, que integra a restauração de ecossistemas naturais ao planejamento urbano sustentável. Além de promover a sustentabilidade ambiental e a inclusão social, o projeto tem como diretriz fundamental a sua replicabilidade, buscando estabelecer um modelo escalável para aplicação em outras microbacias urbanas, com a meta de beneficiar toda a cidade de Porto Velho.
O projeto será implementado em uma microbacia crítica definida a partir de estudos técnicos e workshops participativos, garantindo a integração de diferentes setores da sociedade no processo de tomada de decisão. Áreas como o Igarapé Santa Bárbara e os tributários da Bacia do Belmont são consideradas promissoras para a execução do projeto piloto, devido à sua relevância ambiental e social. Nessas áreas, a abordagem priorizará o trabalho em nascentes e zonas de amortecimento, fundamentais para a recuperação dos serviços ecossistêmicos e o controle de enchentes. A seleção final da área de atuação considerará:

- **Cursos d'água prioritários com alta degradação ambiental**, necessitando de ações urgentes de restauração;
- **Áreas urbanas densamente ocupadas e vulneráveis a enchentes**, onde intervenções podem reduzir riscos socioambientais;
- **Comunidades com infraestrutura precária e baixa resiliência climática**, destacando a importância de ações que promovam inclusão e sustentabilidade.

Essa abordagem colaborativa busca alinhar prioridades técnicas e sociais, ampliando o impacto positivo do projeto e sua replicabilidade para outras regiões urbanas de Porto Velho.

Justificativa Estratégica

Porto Velho enfrenta desafios estruturais relacionados à degradação ambiental e à urbanização desordenada, que resultam em **poluição hídrica, perda de biodiversidade e alagamentos recorrentes**, afetando diretamente a saúde pública, a segurança e a qualidade de vida da população. Além disso, tais problemas acarretam custos elevados em reparos emergenciais e em soluções paliativas, que não abordam as causas subjacentes.
O projeto piloto apresenta-se como uma iniciativa estratégica para enfrentar essas questões ao:

- **Demonstrar a viabilidade técnica e econômica das Soluções Baseadas na Natureza (SbN),** oferecendo uma alternativa eficiente e sustentável às práticas convencionais de gestão urbana e ambiental.
- **Mitigar os impactos socioambientais em áreas críticas**, priorizando regiões mais vulneráveis e promovendo resiliência climática.
- **Estabelecer um modelo replicável para outras microbacias urbanas do município**, fomentando a expansão de práticas sustentáveis em Porto Velho.

A escolha das SbN reflete a necessidade de alinhar inovação tecnológica com práticas ambientalmente responsáveis, visando não apenas resolver problemas imediatos, mas também criar uma infraestrutura urbana mais resiliente e sustentável no longo prazo. Este projeto piloto, ao integrar soluções ambientais, sociais e econômicas, tem o potencial de transformar a gestão dos recursos hídricos e servir como referência para políticas públicas em contextos urbanos semelhantes.

Alinhamento aos Eixos Estratégicos e ODS

O projeto piloto está alinhado com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, integrando ações que promovem melhorias ambientais, sociais e urbanas. A seguir, destacam-se os eixos estratégicos e sua contribuição para os ODS:

- **ODS 6: Água Potável e Saneamento**
  - Promove a **melhoria da qualidade da água** por meio da implementação de tecnologias como wetlands construídos e jardins de chuva, que filtram poluentes e reduzem a carga de contaminantes nos corpos hídricos.
  - Estabelece uma **infraestrutura de drenagem sustentável**, prevenindo alagamentos e reduzindo impactos das águas pluviais sobre o sistema de saneamento.

Alinhamento aos Eixos Estratégicos e ODS

O projeto piloto está alinhado com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, integrando ações que promovem melhorias ambientais, sociais e urbanas. A seguir, destacam-se os eixos estratégicos e sua contribuição para os ODS:

ODS 6: Água Potável e Saneamento

- Promove a **melhoria da qualidade da água** por meio da implementação de tecnologias como wetlands construídos e jardins de chuva, que filtram poluentes e reduzem a carga de contaminantes nos corpos hídricos.
- Estabelece uma **infraestrutura de drenagem sustentável**, prevenindo alagamentos e reduzindo impactos das águas pluviais sobre o sistema de saneamento.

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

- Contribui para a criação de **áreas urbanas resilientes e revitalizadas**, integrando soluções ecológicas ao planejamento urbano, reduzindo riscos de desastres e melhorando a qualidade de vida das populações vulneráveis.
- Fomenta o **desenvolvimento de cidades inclusivas e sustentáveis**, ao engajar comunidades locais na gestão e preservação dos espaços revitalizados.

ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima

- Atua na **redução de enchentes** e no manejo eficiente das águas pluviais, mitigando os impactos climáticos extremos em áreas urbanas.
- **Mitiga ilhas de calor** por meio do aumento da cobertura vegetal e da criação de corredores ecológicos, que favorecem a regulação térmica nas áreas urbanas.

- **ODS 15: Vida Terrestre**
  - **Restaura a vegetação nativa** nas margens dos cursos d'água e em áreas degradadas, promovendo a regeneração dos ecossistemas locais.
  - Protege a **biodiversidade urbana**, criando habitats para espécies nativas e conectando fragmentos de vegetação por meio de corredores ecológicos.

Esse alinhamento reforça o compromisso do projeto em integrar estratégias globais de sustentabilidade com ações locais de alto impacto, posicionando-o como um modelo de inovação para a gestão ambiental e urbana.

3. Resultados esperados

Curto Prazo (1 a 2 anos):

- **Recuperação ambiental inicial**: Revitalização de 2 km de igarapé, incluindo a revegetação das margens com espécies nativas, promovendo a estabilização do solo e a melhoria do ecossistema local.
- **Infraestrutura de drenagem sustentável**: Implantação de sistemas como jardins de chuva, valetas de biorretenção, bacias de detenção e retenção otimizando o manejo das águas pluviais.
- **Engajamento comunitário inicial**: Envolvimento de pelo menos 500 pessoas em oficinas práticas, campanhas educativas e ações de conscientização ambiental, fortalecendo o senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Médio Prazo (3 a 5 anos):

- **Criação de espaços públicos sustentáveis:** Desenvolvimento de pelo menos um parque linear integrado às margens revitalizadas, proporcionando áreas de lazer, convivência e valorização urbana.
- **Redução de impactos climáticos:** Diminuição relevante na frequência e intensidade das enchentes nas áreas de intervenção, graças à combinação de soluções de drenagem sustentável e restauração ambiental.
- **Melhoria da qualidade hídrica**: Aumento significativo nos indicadores de qualidade da água dos cursos d'água tratados por wetlands construídos, promovendo a recuperação dos ecossistemas aquáticos.

Longo Prazo (6 a 10 anos):

- **Consolidação de um modelo replicável:** Desenvolvimento de um modelo técnico e social comprovado que possa ser aplicado em outras microbacias urbanas de Porto Velho, aumentando a escala e o impacto das intervenções.
- **Integração ao planejamento urbano:** Inclusão permanente das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no planejamento e na gestão urbana da cidade, consolidando Porto Velho como uma referência em práticas sustentáveis e resilientes.
- **Valorização urbana e ambiental:** Transformação das áreas revitalizadas em marcos icônicos da cidade, atraindo novos investimentos, promovendo a qualidade de vida e fortalecendo a identidade local.

Essa abordagem progressiva e integrada visa assegurar impactos significativos a curto, médio e longo prazo, promovendo a sustentabilidade e a resiliência urbana em Porto Velho.

3.1 Retorno do investimento público para a sociedade portovelhense

Impacto Social

- **Saúde Pública**: Redução expressiva da incidência de doenças de veiculação hídrica, como dengue e leptospirose, beneficiando diretamente milhares de famílias em áreas vulneráveis, e aliviando a pressão sobre o sistema de saúde pública.
- **Bem-Estar e Integração Social**: Criação de espaços públicos seguros e inclusivos, como parques lineares e áreas de lazer, que estimulam a interação comunitária, promovem a qualidade de vida e fortalecem o senso de pertencimento local.

Impacto Econômico

- **Valorização Imobiliária**: Aumento no valor das propriedades localizadas nas proximidades das áreas revitalizadas, impulsionando a economia urbana e gerando novos investimentos imobiliários.
- **Redução de Custos Municipais**: Economia significativa em despesas com controle de enchentes e reparos emergenciais, com potencial para redirecionar recursos públicos para outras demandas prioritárias da cidade.
- **Fomento ao Turismo Sustentável**: Desenvolvimento de novos atrativos urbanos e naturais, incentivando o crescimento do turismo ecológico e cultural, com impacto positivo no comércio local e no setor de serviços.

Impacto Ambiental

- **Restauração da Biodiversidade**: Incremento na presença de espécies nativas de flora e fauna, com a revitalização de ecossistemas ciliares e a criação de corredores ecológicos em áreas urbanas.
- **Mitigação de Ilhas de Calor**: Redução nas temperaturas urbanas, devido ao aumento da cobertura vegetal e à implementação de infraestrutura verde, contribuindo para um ambiente urbano mais confortável e resiliente.
- **Qualidade Hídrica**: Melhoria mensurável nos parâmetros de qualidade da água nos igarapés tratados, com benefícios diretos para os ecossistemas aquáticos e para a saúde pública.

Esses retornos refletem o investimento em **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)**, proporcionando ganhos integrados nas esferas social, econômica e ambiental, enquanto promovem a sustentabilidade a longo prazo para Porto Velho.

4. Objetivo geral e específicos

O **objetivo Geral** é Promover a recuperação ambiental em uma microbacia urbana prioritária de Porto Velho, melhorando a drenagem urbana, o saneamento e a qualidade de vida da população por meio da aplicação de **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)**. O projeto visa proteger a biodiversidade local, despoluir cursos d'água, reduzir alagamentos e criar espaços públicos icônicos e sustentáveis que integrem funcionalidade, lazer e sustentabilidade.
Como objetivos específicos foram elencados:

1. **Implementar infraestrutura sustentável para drenagem urbana:**
Incorporar tecnologias como wetlands construídos, jardins de chuva, bacias de retenção e detenção, promovendo a gestão eficiente das águas pluviais e mitigando alagamentos.
2. **Despoluir cursos d'água e restaurar vegetação ciliar:**
Executar ações de limpeza e recuperação ambiental em cursos d'água prioritários, promovendo a restauração de margens com o plantio de espécies nativas para estabilização do solo e proteção da biodiversidade.

3. **Desenvolver áreas de convivência e lazer sustentáveis:**
Criar parques lineares, vias arborizadas e outras infraestruturas verdes ao longo dos igarapés revitalizados, promovendo a integração entre meio ambiente e urbanismo funcional.

4. **Promover educação ambiental e engajamento comunitário:**
Realizar campanhas e oficinas voltadas à conscientização da população local, incentivando a preservação, a valorização e o uso sustentável dos espaços revitalizados.

5. **Monitorar e avaliar os resultados das intervenções:**
Estabelecer indicadores ambientais, sociais e econômicos para avaliar a eficácia das ações, garantindo a replicabilidade do modelo e sua sustentabilidade a longo prazo.

5. Público-alvo

Beneficiários Diretos

- **Moradores das áreas próximas aos igarapés revitalizados**: População diretamente impactada pela degradação ambiental e alagamentos, estimada em mais de **20 mil pessoas**, incluindo famílias de baixa renda que residem em áreas de risco, com acesso precário a saneamento básico e infraestrutura urbana.
- **Usuários de espaços públicos criados ou revitalizados**: Famílias, jovens, crianças e idosos que terão acesso a novos espaços de lazer, convivência e práticas culturais, beneficiando-se de ambientes seguros, sustentáveis e integrados ao meio ambiente.

Beneficiários Indiretos

- **População geral de Porto Velho**: Cerca de **550 mil habitantes**, que serão beneficiados de forma ampla pela redução de enchentes, melhorias na qualidade ambiental, valorização dos espaços urbanos e aumento da resiliência climática da cidade.
- **Empreendedores locais e pequenos negócios**: Comerciantes e prestadores de serviços localizados nas áreas revitalizadas, que poderão se beneficiar do maior fluxo de pessoas, além da valorização econômica proporcionada pelas intervenções.
- **Turistas e visitantes**: Público atraído por novos pontos de interesse ambiental, cultural e recreativo, fortalecendo o turismo ecológico e sustentável em Porto Velho.

Características do Público-Alvo

- **Socioeconômicas**: Predominância de famílias de baixa renda que vivem nas margens dos igarapés em condições de vulnerabilidade social, com infraestrutura urbana deficiente, incluindo ausência ou precariedade de serviços de saneamento básico.
- **Culturais**: População com forte ligação histórica e cultural com os igarapés, utilizados tradicionalmente para subsistência, lazer e transporte, mas que foram gradativamente abandonados devido à degradação ambiental e poluição.

Necessidades e Expectativas

- Redução de alagamentos e melhoria nas condições de saúde pública relacionadas à poluição hídrica.
- Criação de espaços verdes e áreas de convivência que promovam qualidade de vida e lazer acessível.
- Adoção de práticas de gestão ambiental sustentável, que estimulem o senso de pertencimento e preservação entre os moradores.

Este público-alvo reflete a diversidade e complexidade do contexto urbano e ambiental de Porto Velho, enfatizando a relevância social e econômica das intervenções propostas pelo projeto.

6. **Ações e metas**

Para garantir uma abordagem eficaz e organizada, o projeto foi estruturado em etapas que englobam desde o planejamento inicial até a avaliação e adaptação contínua. A seguir, são descritas as ações previstas para cada fase.

Etapa	Descrição	Prazo
Planejamento e Captação de recursos	Realização de workshops para seleção da microbacia prioritária e captação de recursos	Abril/2025 a Mar/2026
Diagnóstico e Projetos	Diagnóstico detalhado da área, mapeamento de problemas e elaboração de projetos executivos	Abril a Jun/2026
Engajamento Comunitário	Realização de oficinas, campanhas educativas e formação de comitês comunitários	Jun/2026 a Mar/2027
Infraestrutura Sustentável	Construção de wetlands, jardins de chuva, valetas de biorretenção, bacias de detenção e retenção	Jul/2026 a Fev/2027
Revegetação	Plantio de espécies nativas e restauração das margens	Jul/2026 a Fev/2027
Monitoramento Inicial	Coleta de dados para avaliação dos impactos ambientais e sociais	Abr/2027 a Mar/2028
Gestão Adaptativa	Ajustes nas intervenções com base nos resultados preliminares	Abr/2027 a Mar/2028

Com base nas ações planejadas, foram definidas metas claras e mensuráveis para diferentes prazos, assegurando o acompanhamento do progresso e o alcance dos objetivos do projeto.

Prazo	Meta
Curto Prazo (1 ano)	– Recuperação de 2 km de igarapé com revegetação das margens utilizando espécies nativas.– Implantação de infraestruturas sustentáveis como wetlands, jardins de chuva, bacias de detenção e retenção.
Médio Prazo (3 a 5 anos)	– Redução relevante nas áreas afetadas por alagamentos, por meio de soluções de drenagem sustentável.– Aumento relevante na cobertura vegetal nas áreas prioritárias, promovendo corredores ecológicos iniciais.– Criação de pelo menos um parque linear integrado ao igarapé revitalizado, incentivando o uso social e a valorização urbana.
Longo Prazo (10 anos)	– Conexão de áreas verdes por meio de corredores ecológicos que integram as microbacias revitalizadas.– Replicação do modelo em outras microbacias urbanas de Porto Velho, promovendo a expansão de soluções baseadas na natureza (SbN) em escala municipal.– Estabelecimento de Porto Velho como uma referência em sustentabilidade urbana e gestão ambiental integrada.

Essas metas foram definidas para garantir resultados concretos e mensuráveis em diferentes horizontes de tempo, assegurando o impacto positivo e a replicabilidade do projeto.
A metodologia do projeto é estruturada em etapas integradas que combinam abordagens técnicas, sociais e ambientais, visando garantir sua eficácia e replicabilidade. Abaixo, detalha-se cada etapa do processo.

Com base nas ações planejadas, foram definidas metas claras e mensuráveis para diferentes prazos, assegurando o acompanhamento do progresso e o alcance dos objetivos do projeto.

6.1. Planejamento Técnico-Ambiental

- **Levantamento e Diagnóstico Detalhado da Microbacia**: Mapeamento geoespacial das características físicas e hidrológicas da microbacia, incluindo nascentes, áreas de amortecimento, redes de drenagem e pontos críticos de degradação ambiental e vulnerabilidade social.
- **Identificação de Áreas Prioritárias para Intervenções**: Definição de locais estratégicos com base em critérios técnicos, como risco de enchentes, degradação ambiental e densidade populacional, utilizando dados de modelagem hidrológica e avaliações socioeconômicas.
- **Elaboração de Projetos Executivos**: Desenvolvimento de projetos técnicos detalhados para soluções de infraestrutura sustentável, como drenagem urbana verde e revitalização de áreas degradadas, assegurando conformidade com normas ambientais e urbanísticas.

6.2. Infraestrutura Sustentável

- Implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN): Instalação de infraestruturas sustentáveis:
  - Wetlands Construídos para tratamento das águas do corpo hidrico e controle de cheias. Esse sistema fará parte de um jardim filtrante no próprio leito da microbacia urbana escolhida como piloto, que garantirá a equalização da vazão e a purificação da água. Nessa área o objetivo é criar um parque e espaços para convivência com passarelas de decks, conforme ilustrado nas Figura 1 e 2.

Figura 1 – Proposta preliminar de parque com jardins filtrantes.

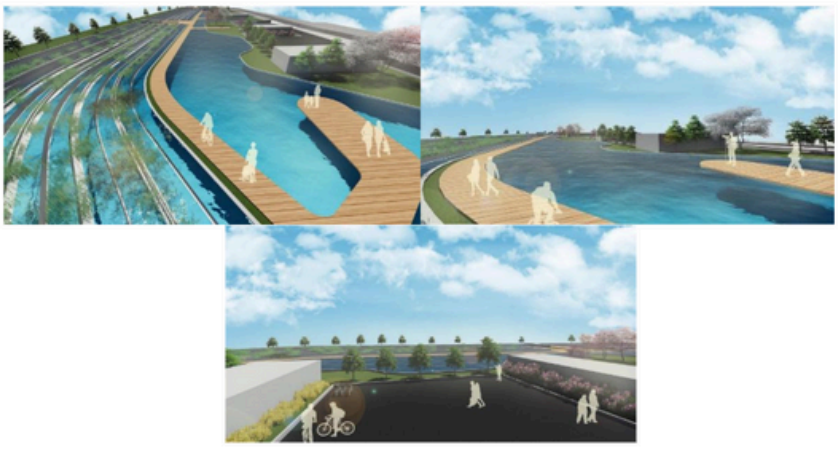
Figura 2 – Jardins filtrantes com wetlands construídos.

- **Jardins de Chuva e Valetas de Biorretenção para infiltração**, purificação e armazenamento local das águas. Essas estruturas serão implementadas estrategicamente em toda a região escolhida para o projeto piloto, próximo as calçadas, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Jardins chuva.

- **Bacias de Retenção e Detenção** para mitigação do escoamento superficial. Esses dispositivos de drenagem serão implementados estrategicamente em toda a região escolhida para o projeto piloto. Assim como no caso das wetlands, nas áreas das bacias de retenção e detenção são propostos parques e espaços para convivência com passarelas de decks, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Parques e espaços de convivência propostos nas bacias de retenção/detenção.



- **Restauração de Margens e Corredores Ecológicos:** Plantio de espécies nativas para estabilização das margens e criação de corredores ecológicos, promovendo biodiversidade e resiliência ambiental.
- **Soluções para Áreas de Amortecimento**: Preservação e recuperação de nascentes e zonas de amortecimento para proteção dos recursos hídricos.

6.3. Engajamento Comunitário

- **Oficinas Práticas e Educação Ambiental:** Promoção de capacitações e campanhas voltadas à conscientização da população sobre os benefícios das SbN e a importância da preservação ambiental.
- **Formação de Comitês Comunitários**: Criação de grupos locais para monitoramento, manutenção e gestão das áreas revitalizadas, fortalecendo o senso de pertencimento e a sustentabilidade do projeto.
- **Participação Social no Planejamento**: Realização de workshops colaborativos com moradores, líderes comunitários e técnicos para priorização de áreas e alinhamento de expectativas.

6.4. Monitoramento e Gestão Adaptativa

- **Monitoramento Contínuo**: Coleta de dados em longo prazo sobre qualidade da água, biodiversidade, redução de alagamentos e indicadores sociais, utilizando tecnologias como sensores remotos e sistemas de informação geográfica (SIG).
- **Avaliação e Retroalimentação**: Realização de análises periódicas para medir a eficácia das intervenções e identificar ajustes necessários. A gestão adaptativa garantirá que o projeto responda a mudanças ambientais e demandas sociais ao longo do tempo.
- **Relatórios de Impacto e Transparência**: Produção de relatórios técnicos e sociais que documentem os resultados e orientem a replicação do modelo em outras áreas urbanas de Porto Velho.

Essa metodologia combina ciência, tecnologia e participação social para promover intervenções integradas, sustentáveis e replicáveis, garantindo impacto positivo nas dimensões ambiental, social e econômica da cidade.

7. Indicadores de Acompanhamento

Os indicadores de acompanhamento foram projetados para monitorar o progresso e avaliar os impactos do projeto, abrangendo dimensões ambientais, sociais e operacionais. Abaixo, detalha-se cada indicador, seu método de coleta e a frequência de monitoramento:

Indicador	Método de Coleta	Frequência
Área revitalizada (em hectares)	Inspeções de campo com suporte de drones e SIG	Mensal
Qualidade da água (parâmetros básicos)	Coletas sistemáticas para análises laboratoriais (coliformes, pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, turbidez, DBO, DQO, nitrogênio e fósforo)	Trimestral
Redução de alagamentos (%)	Monitoramento hidrológico com sensores remotos e análise de mapas georreferenciados	Semestral
Cobertura vegetal aumentada (%)	Análises comparativas de imagens de satélite e registros de campo	Anual
Número de participantes nas oficinas	Registros detalhados com listas de presença e depoimentos	Após cada evento
Percepção comunitária (% de satisfação)	Pesquisas qualitativas e quantitativas com moradores e usuários dos espaços revitalizados	Antes e após o projeto, com acompanhamento anual
Biodiversidade local (espécies registradas)	Inventários ecológicos das margens e áreas de amortecimento	Anual
Mudanças na temperatura média urbana (°C)	Monitoramento por sensores climáticos instalados nas áreas do projeto	Semestral

Detalhes sobre os Indicadores:

1. **Área revitalizada**: Mede o alcance físico do projeto em termos de recuperação de ecossistemas e espaços públicos.
2. **Qualidade da água**: Monitora a efetividade das soluções implementadas na despoluição e melhoria dos cursos d'água.
3. **Redução de alagamentos**: Avalia o impacto direto da infraestrutura de drenagem sustentável em áreas críticas.
4. **Cobertura vegetal aumentada**: Indica o sucesso das ações de revegetação e restauração ciliar.
5. **Número de participantes nas oficinas**: Quantifica o envolvimento comunitário e a disseminação de conhecimento sobre sustentabilidade.
6. **Percepção comunitária**: Mede a aceitação social e os benefícios percebidos pelas comunidades beneficiadas.
7. **Biodiversidade local**: Acompanha a recuperação de fauna e flora nas áreas revitalizadas.
8. **Mudanças na temperatura média urbana**: Verifica o efeito das intervenções sobre o microclima urbano, com foco na mitigação de ilhas de calor.

Essa abordagem garante um monitoramento abrangente e estruturado, permitindo ajustes adaptativos e a comunicação clara dos resultados aos stakeholders e financiadores.

8. Análise de Risco e Marcos Críticos

A análise de riscos é fundamental para identificar possíveis obstáculos ao sucesso do projeto e estabelecer estratégias eficazes de mitigação. A seguir, são apresentados os principais riscos, sua probabilidade, impacto e os respectivos planos de mitigação, além dos marcos críticos que garantem o andamento estratégico das ações.

Risco	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação
Atraso na captação de recursos	Médio	Alto	- Diversificar as fontes de financiamento por meio de parcerias com instituições públicas, privadas e internacionais.- Estabelecer um cronograma rígido para submissão de propostas e negociação.
Resistência da comunidade local	Baixo	Médio	- Promover campanhas de conscientização, oficinas participativas e demonstrações práticas dos benefícios do projeto.- Garantir a inclusão da comunidade no planejamento e execução.
Problemas técnicos na construção	Médio	Alto	- Realizar supervisão técnica rigorosa durante todas as etapas da obra.- Prever ajustes adaptativos no cronograma e no orçamento para lidar com imprevistos técnicos.
Mudanças climáticas extremas	Baixo	Alto	- Incorporar soluções resilientes às mudanças climáticas no planejamento.- Monitorar condições climáticas e adaptar cronogramas e estratégias conforme necessário.
Custos acima do previsto	Médio	Médio	- Incluir uma margem de contingência no orçamento.- Realizar auditorias periódicas para identificar e corrigir desvios financeiros.
Baixa adesão de stakeholders	Baixo	Alto	- Envolver stakeholders desde a fase inicial do projeto por meio de reuniões periódicas e relatórios de progresso transparentes.- Demonstrar os benefícios econômicos e sociais do projeto.

Marcos Críticos

- **Março de 2026**: Finalização da captação de recursos e definição oficial da área piloto. Este marco é essencial para garantir o início da execução técnica do projeto.
- **Junho de 2026**: Conclusão dos projetos executivos, incluindo os desenhos técnicos detalhados e aprovação por órgãos competentes.
- **Fevereiro de 2027**: Finalização das obras de infraestrutura sustentável, como wetlands, jardins de chuva, bacias de detenção e retenção marcando o início da operação das intervenções.
- **Março de 2027**: Lançamento das ações de revegetação e educação ambiental, com início do engajamento contínuo da comunidade.
- **Março de 2028**: Conclusão do monitoramento inicial e avaliação de impacto, incluindo a publicação de relatórios detalhados para planejamento de replicação do modelo.

9. Recursos

Os recursos necessários para o sucesso do projeto estão organizados em categorias, com detalhes sobre a origem e estratégia de alocação:

Recurso	Quantidade	Fonte
Humanos	Arquitetos, engenheiros civis e ambientais, técnicos especializados, educadores ambientais, e agentes comunitários	- Contratação de mão de obra.- Parcerias com universidades e ONGs para suporte técnico e científico.
Materiais	Substratos, mudas nativas, insumos para revegetação, equipamentos de construção e manutenção	- Licitações regionais para aquisição de materiais.- Doações de empresas locais e parcerias com fornecedores ambientais.
Financeiros	R$ 6.680.400	- Captação de editais federais e internacionais (FNMA, GEF, GCF).- Parcerias público-privadas (PPPs) e emendas parlamentares.
Tecnológicos	Sistemas de monitoramento (sensores climáticos, drones, SIG) e equipamentos de coleta e análise de água	- Contratação de empresas especializadas para fornecimento e manutenção.- Parcerias com universidades para pesquisa aplicada.

Detalhamento dos Recursos

- **Humanos**: Além da contratação, o envolvimento de voluntários e especialistas regionais fortalecerá a execução e o engajamento comunitário.
- **Materiais**: Prioridade será dada à aquisição sustentável, com fornecedores que sigam critérios ambientais e éticos.
- **Financeiros**: Recursos serão geridos por um núcleo financeiro transparente, garantindo eficiência na aplicação e relatórios regulares.
- **Tecnológicos**: Equipamentos serão utilizados tanto para execução quanto para monitoramento contínuo, assegurando que as intervenções sejam baseadas em dados confiáveis.

Essa estratégia integrada assegura o uso eficiente dos recursos, promovendo qualidade na execução e impacto sustentável.

10. Fontes de financiamento

Para viabilizar o projeto, serão exploradas múltiplas fontes de financiamento, abrangendo programas públicos, organismos internacionais, parcerias privadas e apoio local, assegurando a diversificação e a sustentabilidade financeira.

Programas Federais

- **Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)**: Fomento a projetos ambientais com foco em conservação e recuperação de ecossistemas.
- **Fundo Nacional de Recursos Hídricos (FNRH)**: Apoio a iniciativas de gestão e proteção de recursos hídricos.
- **Emendas Parlamentares**: Recurso alocado por representantes legislativos para ações de interesse municipal e ambiental.

Organismos Internacionais

- **Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**: Apoio técnico e financeiro para projetos de infraestrutura sustentável e gestão ambiental.
- **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)**: Financiamento de iniciativas que promovam benefícios ambientais globais.
- **Fundo Verde do Clima (GCF)**: Recursos destinados a projetos que abordem mudanças climáticas e promovam resiliência.

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

- Projetos voltados à **gestão ambiental e saneamento**, com compartilhamento de responsabilidades e investimentos entre setor público e privado.
- Incentivo à participação de empresas locais e nacionais em contrapartidas para melhorias ambientais e urbanas.

Editais e Fundos Ambientais

- **Fundo Amazônia**: Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável e preservação da floresta.
- **Fundo Socioambiental Caixa**: Incentivo a projetos que integrem benefícios ambientais e sociais.

Editais promovidos pelo **Ministério do Meio Ambiente**, focados em inovação e sustentabilidade.

Linhas de Crédito

- **BNDES**: Financiamento para projetos de infraestrutura verde e recuperação ambiental.
- **Caixa Econômica Federal**: Linhas de crédito para iniciativas de saneamento, habitação e gestão ambiental.

Apoio Local e Universitário

- **Parcerias com ONGs**: Suporte em educação ambiental, mobilização comunitária e execução de ações locais.
- **Empresas locais**: Incentivo a contrapartidas financeiras e materiais como parte de responsabilidade socioambiental.
- **Universidades e institutos de pesquisa**: Contribuição técnica e científica, por meio de pesquisas aplicadas, capacitações e monitoramento.

Essa diversificação de fontes de financiamento garante maior resiliência financeira ao projeto, viabilizando sua execução e ampliando seu impacto ambiental e social.

11. Cronograma Físico e Financeiro

O custo total do projeto piloto foi estimado a partir dos valores de projetos semelhantes e da literatura científica. Estas estimativas poderão ser mais precisas quando a área para o projeto piloto for definida. No entanto, a tabela abaixo considera os custos estimados de sistemas de biorretenção, jardins de chuva, bacias de detenção ao longo da microbacia escolhida como área para o projeto piloto. Além de também considerar os custos de uma área construída de 2.500 m² de um parque, com espaços de convivência, ao longo do leito de um rio urbano que pode ser um jardim filtrante, uma bacia de retenção ou uma mescla de ambos

Datas de Início e Término

- **Planejamento e Captação de Recursos** *(Abril de 2025 a Março de 2026)*:
- Durante esse período, serão realizadas ações de mapeamento de parceiros e fontes de financiamento, elaboração de projetos preliminares, workshops de priorização da área piloto e submissão de propostas a editais e programas de apoio.
- **Execução do Projeto Piloto** *(Abril de 2026 a Março de 2027)*:
- Esta etapa engloba a implementação das intervenções previstas, incluindo infraestrutura sustentável (wetlands, jardins de chuva, bacias de detenção e retenção), restauração ambiental (revegetação ciliar e criação de corredores ecológicos), além de campanhas educativas e engajamento comunitário.
- **Monitoramento e Avaliação Final** *(Abril de 2027 a Março de 2028)*:
- Período dedicado à coleta e análise de indicadores ambientais, sociais e econômicos. Inclui ajustes nas intervenções com base nos resultados preliminares, bem como a sistematização de dados e elaboração de relatórios finais para replicação do modelo.

Esse cronograma foi estruturado para garantir o alinhamento estratégico entre o planejamento, execução e avaliação, assegurando a viabilidade técnica e o impacto sustentável do projeto.

Cronograma Físico e Financeiro

PROJETO 4 - PROGRAMA CAMINHO DAS AGUAS FASES E AÇÕES	DURAÇÃO (MESES) Total	%	R$ (1.000)
	ANO 1 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 · ANO 2 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 · ANO 3 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 · ANO 4 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 · ANO 5 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63		
Planejamento a Captação de Recursos	12		
PROJETO PILOTO	35		
Serviços Preliminares	2		
Administração Local	12	9,2	R$ 500,00
Alvenaria	3	5,7	R$ 312,00
Revestimento de Parede	2	2,9	R$ 156,00
Elétrica	1	6,6	R$ 357,00
Iluminação	1	3,2	R$ 172,00
Pisos	2	0,9	R$ 47,00
Decks	1	0,1	R$ 8,00
Pintura	1	9,0	R$ 491,00
Equipamentos	2	4,9	R$ 265,00
Hidráulica	2	0,8	R$ 42,00
Lagoa de Polimento	2	3,6	R$ 194,00
Paisagismo	2	8,8	R$ 481,00
Limpeza Final Geral	1	11,2	R$ 612,00
Implementação de Wetlands, Jardins de Chuva e Bacias	6	6,5	R$ 352,00
Restauração da Vegetação Ciliar	5	1,4	R$ 78,00
Oficinas e Campanhas Educativas	12	22,0	R$ 1.200,00
Participação de Moradores	12	1,8	R$ 100,00
Monitoramento e Gestão Adaptativa	12	1,5	R$ 80,00
CICLO PROJETOS COM BASE NA AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO	27		
TOTAL sem BDI		100,0	R$ 5.447,00
BDI (20% do total)		20,0	R$ 1.089,40
Total com BDI			R$ 6.536,40

12. Governança

A governança do projeto será estruturada para garantir uma coordenação eficiente, transparência nas ações e envolvimento contínuo dos principais stakeholders, promovendo o alinhamento entre objetivos técnicos, sociais e ambientais.

Núcleo Gestor

- **Composição**: Formado por representantes do município, especialistas técnicos, acadêmicos e membros da sociedade civil.
- **Função**: Responsável pela **coordenação geral do projeto**, definição de prioridades, monitoramento de metas e articulação entre as partes interessadas.
- **Atribuições**: Gerenciar recursos, supervisionar a execução das atividades e garantir que os objetivos sejam cumpridos dentro dos prazos e orçamentos previstos.

Mecanismos de Governança

- **Relatórios Trimestrais de Progresso**: Publicação de documentos detalhados sobre o andamento das ações, resultados alcançados e desafios encontrados.
- **Reuniões Mensais com Stakeholders**: Sessões regulares para discutir o progresso, revisar estratégias e integrar sugestões das partes interessadas.
- **Portal de Transparência Online**: Disponibilização pública de dados financeiros, cronogramas, relatórios de impacto e resultados, garantindo acesso aberto e prestação de contas.
- **Auditorias Periódicas**: Garantia de conformidade e integridade na utilização dos recursos financeiros.

12.1. Modelo de Governança

A governança será baseada em princípios de **participação**, **transparência** e **responsabilização mútua**, promovendo sinergias entre o setor público, privado e a sociedade civil. Esse modelo assegura o cumprimento das metas do projeto e a replicabilidade do modelo em outras microbacias.

12.2. Parceiros Estratégicos

- **Prefeitura de Porto Velho**: Liderança geral, articulação política e fornecimento de financiamento inicial para o projeto.
- **Universidades e Institutos de Pesquisa**: Contribuição com suporte técnico-científico, incluindo pesquisas aplicadas, capacitações e monitoramento dos impactos.
- **ONGs Ambientais**: Atuação no engajamento comunitário, educação ambiental e execução de ações de restauração e mobilização social.

Empresas Privadas: Participação em **Parcerias Público-Privadas (PPPs)**, com financiamento complementar, doação de materiais e suporte logístico.

Porto Digital Amazônico

PAE DS PVH

Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

funpar

Quadro Síntese do Projeto

Ideia Força	Desenvolver ecossistema de inovação avançado
Potencial	Criação de parque tecnológico e ambiente de inovação
Ações Principais	Implementar programas de educação profissional e tecnológica em áreas de TI.Criar centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para a gestão pública.Criar uma incubadora de empresas de base tecnológica.Construção e implementação do espaço físico do Porto Digital Amazônico.Prestar serviços tecnológicos de consultoria e assessoria.
Estratégia	Fomentar o surgimento e fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação. Oferecer soluções tecnológicas para a gestão pública municipal em áreas como saúde, educação e gestão urbana.
Responsável e Intervenientes	Prefeitura de Porto VelhoSecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e TrabalhoSecretaria Municipal de EducaçãoSecretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e GestãoComunidade LocalConselho Municipal de InovaçãoInvestidores
Principais Resultados	Revitalização de espaço urbano de Porto Velho.Aumento da oferta de cursos de qualificação profissional em áreas tecnológicas.Capacitação tecnológica para estudantes do ensino médio.Aumento do número de empresas privadas em atividades tecnológicas.Criação de empregos qualificados e aumento da renda da população.Fortalecimento do ecossistema de inovação de Porto Velho.Maior interação entre universidades, empresas e centros de pesquisa.Geração de negócios tecnológicos com soluções inovadoras para o setor público.
Beneficiários Principais	Estudantes do ensino médio e técnico.Graduados e profissionais que buscam qualificação em áreas tecnológicas.Empreendedores e startups.Empresas e instituições que buscam soluções inovadoras.Pesquisadores e cientistas.Comunidade em geral.
Prazo de Execução	72 meses ou 24 trimestres

2. Descrição do Projeto

Este projeto visa a criação de um parque tecnológico e ambiente de inovação em Porto Velho denominado como Porto Digital Amazônico. Mais especificamente, a ideia é estruturar um ambiente promotor de inovação em Porto Velho em linha como decreto Nº 9.283, segundo o qual ambientes promotores da inovação articulam empresas, governos, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), agências de fomento a partir da noção de economia baseada no conhecimento. Nesta linha, um ambiente promotor de inovação é composto por, exatamente nos termos do referido decreto:

- Ecossistemas de inovação: espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos, conforme decreto Nº 9.283.
- Mecanismos de geração de empreendimentos: mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos, conforme decreto Nº 9.283.

O foco deste projeto é fomentar o surgimento e o fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação voltada para a solução de problemas da gestão pública municipal integrada em áreas como saúde, educação, gestão urbana etc. A criação do Porto Digital Amazônico é peça-chave no PAEDS. Este projeto foi pensado para preencher lacunas no tecido social e econômico de Porto Velho, que foram identificadas no diagnóstico e desenvolvidos no Plano de Ação a partir do cenário realizável. Neste contexto, o Porto Digital Amazônico se mostra fundamental para o processo de desenvolvimento econômico local à medida que está associado com o fomento de alguns setores portadores de futuro, identificados no Plano de Ação, que são intensivos em conhecimento tecnológico e, portanto, especialmente importante no século XXI. Estes setores são denominados como serviços modernos em linha com a indústria 4.0, e, conforme apresentado no Plano de Ação, são:

Tabela 1– Setores portadores de futuro: serviços modernos

CNAE	Setor	Descrição da atividade
62023	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62031	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62040	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Consultoria em tecnologia da informação
62091	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63119	Atividades de prestação de serviços de informação	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63992	Atividades de prestação de serviços de informação	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
71201	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	Testes e análises técnicas

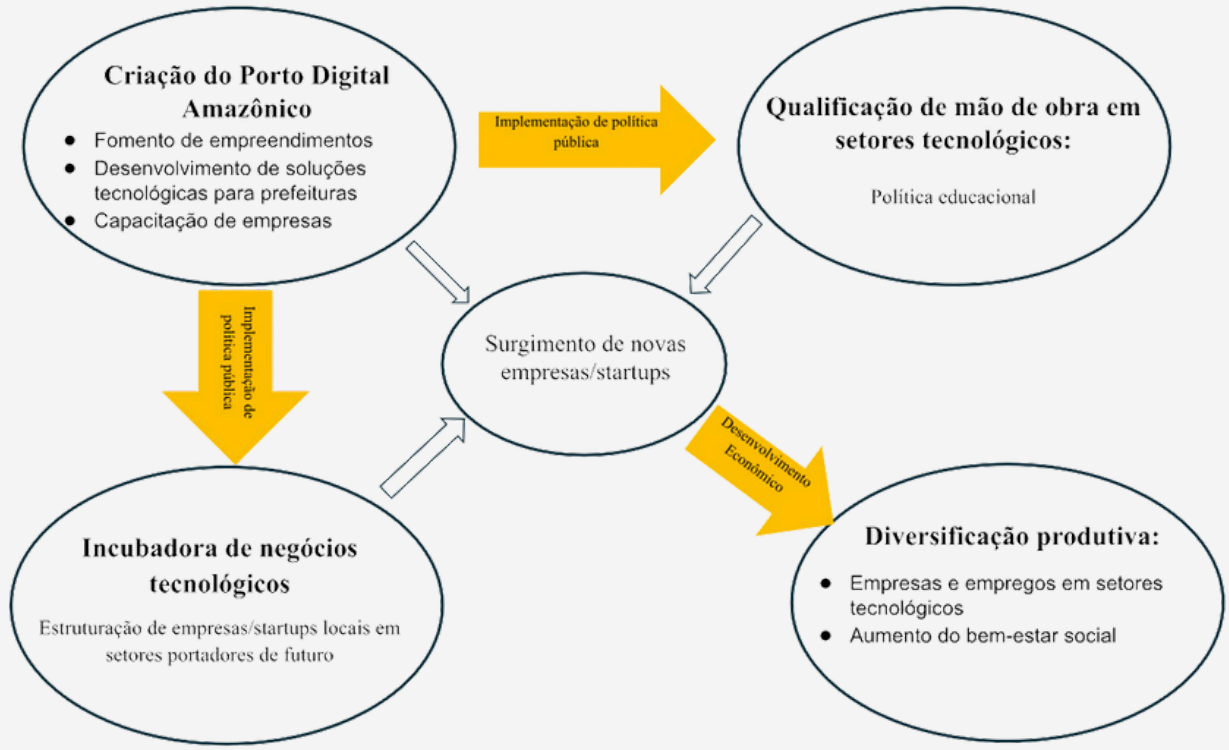
O fomento destes setores perpassa pela formação de capital humano adequado que saiba manusear o ferramental tecnológico dos setores relacionados ao desenvolvimento de software e de tecnologia da informação. seja para trabalhar em empresas já existentes, em Porto Velho ou não, seja para que estas pessoas abram novos negócios em Porto Velho. Criar oportunidades de geração de negócios e empregos que remunerem acima da média do mercado de trabalho porto velhense é especialmente importante para dinamizar a economia local e para reduzir desigualdades sociais. Neste cenário, o Porto Digital Amazônico atuará em quatro frentes principais, a saber:

- Educação profissional e tecnológica: oferecer cursos técnicos, profissionalizantes e de qualificação em áreas tecnológicas, preparando pessoas para o mercado de trabalho e suprindo a demanda por mão de obra qualificada na região.
- Pesquisa e desenvolvimento: criar e equipar laboratórios e espaços para pesquisa aplicada, incentivando a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias em áreas estratégicas para o município.
- Incubação de empresas: oferecer apoio a startups e empresas inovadoras, fornecendo infraestrutura, mentoria e suporte para o desenvolvimento de seus negócios, contribuindo para a geração de novas empresas e o crescimento do ecossistema de inovação local
- Serviços tecnológicos: prestar serviços de consultoria, assessoria e transferência de tecnologia para empresas e instituições, auxiliando-as na resolução de problemas, otimização de processos e desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

Por outro lado, a outra justificativa para este projeto está associada com uma oferta melhor e mais eficiente de serviços públicos. O desenho institucional, projetado pela equipe do PAEDS para o Porto Digital Amazônico, é que o desenvolvimento desta política pública com caráter educacional e tecnológico esteja alinhado com a criação de soluções tecnológicas para o setor público, em especial prefeituras. Especificamente, o fomento destas atividades econômicas se dará pelo treinamento de profissionais (formação de capital humano) para o desenvolvimento de softwares e tecnologia da informação voltados para a criação de programas e serviços para a gestão pública integrada de sistemas educacionais, saúde e urbano de prefeituras. Com isso, espera-se que a eficiência do gasto público local melhore – bem como a gestão, já que os serviços públicos de Porto Velho podem se beneficiar desta experiência.

É importante salientar que o papel do Porto Digital Amazônico não será apenas de formar capital humano, mas de direcionar o surgimento de novos negócios conforme a elaboração de programas e serviços pela própria instituição para serem ofertados para prefeituras brasileiras pelo setor privado. Ou seja, as soluções inovadoras poderão ser contratas não apenas pelo poder público local, mas também para todas as prefeituras brasileiras. Deste modo, o Porto Digital Amazônico fomenta o setor privado local e auxilia na competitividade e inserção de seus produtos no mercado. Por sua vez, o setor público, pelo menos inicialmente, é a fonte principal de recursos destas empresas. Tem-se, deste modo, que a criação do Porto Digital Amazônico incentivará o surgimento de atividades econômicas modernas portadoras de futura, tal como o surgimento de postos de trabalho com remunerações maiores que a média do mercado local. No entanto, essa incubação de negócios tecnológicos por parte do Porto Digital Amazônico se encerra à medida que o setor privado se desenvolva ao ponto de poder concorrer a editais públicos e desenvolver novos produtos por conta própria. A Figura 1, abaixo, sintetiza a proposta do Porto Digital Amazônico como alavanca da diversificação produtiva e do desenvolvimento econômico de Porto Velho.

FIGURA 1- CRIAÇÃO DO PORTO DIGITAL AMAZÔNICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Complementarmente, cabe destacar que a criação de um espaço físico moderno com infraestrutura destacada em Porto Velho tem a capacidade de agregar valor ao espaço urbano à medida que integre a população local. Deste modo, o Porto Digital Amazônico pode ajudar a revitalizar espaços urbanos de Porto Velho.

A construção do Porto Digital Amazônico está conectada a sustentabilidade social e econômico do PAEDS, em especial com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Isso é especialmente importante para os seguintes ODS: i- Educação de qualidade e ii- Igualdade de gênero à medida que o Porto Digital Amazônico formará capital humano qualificado e que isso pode ser utilizado como instrumento de inserção de mulheres no mercado de trabalho, com postos que remunerem acima da média loca, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero. O Porto Digital Amazônico também contribuirá no ODS Trabalho decente e crescimento econômico, já que as suas ações estarão focadas em alguns setores identificados como portadores de futuro, com grande potencial de contribuir para o desenvolvimento econômico e geração de postos formais de trabalho. Ou seja, o Porto Digital Amazônico tem o potencial de melhorar a economia porto velhense – de gerar um ambiente de negócios mais moderno, conduzindo-a em direção a uma sociedade mais próspera e inclusiva.

3. Resultados Esperados

- Revitalização de espaço urbano de Porto Velho a partir da construção de espaço físico moderno e estrutura destacada para o Porto Digital Amazônico.
- Aumento da oferta de cursos de qualificação profissional em áreas tecnológicas, especificamente para atuar em desenvolvimento de software e tecnologia da informação.
- Capacitação tecnológica para estudantes do ensino médio para atuar em desenvolvimento de software e tecnologia da informação.
- Aumento do número de empresas privadas (novas empresas de base tecnológica e startups) em atividades tecnológicas portadoras de futuro.
- Criação de empregos qualificados e aumento da renda da população.
- Fortalecimento do ecossistema de inovação de Porto Velho, com maior integração entre os diferentes atores e instituições.
- Maior interação entre universidades, empresas e centros de pesquisa.
- Geração de negócios tecnológicos com soluções tecnológicas e produtos inovadores para o setor público a partir da capacitação de empresas.

3.1. Retorno do investimento público para a sociedade portovelhense

- Revitalização de localidade urbana de Porto Velho: a construção do Porto Digital Amazônico em área urbana com deficiências urbanísticas servirá para revitalizar esta localidade, melhorando a infraestrutura ao seu redor, tal como valorização urbana e surgimento de novos negócios ao seu redor e integração com a sociedade local. O resultado disso é um maior bem-estar da sociedade porto velhense. Complementar à isso tem-se o fortalecimento da imagem de Porto Velho como um polo de inovação e tecnologia na região Norte, atraindo novos investimentos e talentos.

- Formação de capital humano: o Porto Digital Amazônico aumentará a quantidade de pessoas qualificadas para trabalhar em atividades econômicas modernas, portadoras de futuro. Espera-se que pessoas mais estudadas, com conhecimento técnico específico, contribuam para o surgimento de novas empresas e negócios. Isto é, a formação de capital humano tem o potencial de fomentar o empreendedorismo local e a empregabilidade da população nestes setores. Com isso, espera-se uma formação de mão de obra qualificada e geração de empregos - o que contribui para a redução do desemprego e aumento da renda da população, além do desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas da gestão pública.

- Surgimento de novas atividades econômicas: um retorno esperado do Porto Digital Amazônico é que surjam novas empresas locais, com potencial de vender soluções para prefeituras, nos ramos de na área de software e tecnologia da informação voltada para a solução de problemas da gestão pública municipal. Isso é especialmente importante para se criar um vetor atrator de investimentos e empresas inovadoras para Porto Velho, o que gera novas oportunidades de negócios e desenvolvimento econômico. Mais do que isso, espera-se a intensificação do desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras que atendam às necessidades do mercado e da sociedade.

4. Objetivos Gerais e Específicos

O objetivo geral é a criação e implementação do Porto Digital Amazônico visando o desenvolvimento e o fomento de atividades econômicas área de software e tecnologia da informação voltada para a solução de problemas da gestão pública municipal integrada em áreas como saúde, educação, gestão urbana etc. De outro modo, o objetivo é promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação em Porto Velho e Rondônia, fomentando a criação de empresas de base tecnológica, a geração de empregos qualificados e o desenvolvimento econômico. Os objetivos específicos do Porto Digital Amazônico são:

- Construir espaço físico moderno e estrutura destacada para o Porto Digital Amazônico, buscando a revitalização de localidade urbana de Porto Velho em linha com as especificidades geográficas e oportunidades identificadas pela Prefeitura.
- Qualificar trabalhadores(as) para atuar em desenvolvimento de software e tecnologia da informação.
- Fornecer educação tecnológica para estudantes e docentes de instituições de ensino privada e pública ao longo do ensino médio.
- Criar incubadora tecnológica com o objetivo de fortalecer e estruturar empresas privadas nascentes e startups, de Porto Velho, nestas atividades econômicas, oferecendo suporte técnico, gerencial e mercadológico.
- Criar centro de pesquisa tecnológica para a estruturação de programas e serviços tecnológicos para a gestão pública integrada (ex. sistemas educacionais, saúde e urbano de prefeituras) para que estas empresas vendam soluções para prefeituras.
- Prestar serviços tecnológicos para empresas e instituições, fomentando a inovação e a transferência de tecnologia.
- Estimular a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de novas tecnologias que atendam às necessidades do mercado e da sociedade.
- Capacitar profissionais e empresas para estes possam ofertar serviços tecnológicos para o setor público.
- Buscar parcerias com grandes empresas tecnológicas para implementação de qualificação profissional de estudantes de ensino médio em tecnologias avançadas como análise de dados, computação em nuvem, machine learning, inteligência artificial etc.

5. Público-Alvo

- Estudantes do ensino médio e técnico.
- Graduados e profissionais que buscam qualificação e especialização em áreas tecnológicas.
- Empreendedores e startups que desejam desenvolver seus negócios.
- Empresas e instituições que buscam soluções inovadoras e serviços tecnológicos.
- Pesquisadores e cientistas interessados em desenvolver projetos de pesquisa aplicada.
- Comunidade em geral, por meio de atividades de difusão científica e tecnológica.

6. Ações e Metas

6.1 Planejamento e Estruturação

- Criação de grupo de trabalho.
- Elaboração do Plano Diretor do Porto Digital.
- Elaboração de estratégia de sensibilização de atores.
- Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica.
- Definição da estrutura organizacional, governança e modelo de gestão.
- Busca de áreas e localização para implantação do Porto Digital.
- Captação de recursos para investimento.
- Formalizar a criação do Porto Digital.
- Delimitação de zoneamento necessário para o Porto Digital e inserção no Plano Diretor Municipal.

6.2 Implantação da infraestrutura

- Contratação de projeto arquitetônico e engenharia.
- Licitação e contratação da construtora.
- Construção de prédios administrativos, laboratórios e centros de pesquisa.
- Implantação de infraestrutura de internet e telecomunicações.
- Criação de espaços de coworking e incubadora de empresas.

6.3 Atração de Empresas e Instituições

- Campanha de divulgação do Porto Digital.
- Realizações de missões para atrair empresas e investimentos.
- Implementação de programas de incentivos.
- Criação de programas de apoio à inovação.

6.4 Operação e monitoramento

- Aquisição de equipamentos.
- Contratação de pessoal.
- Gestão do Porto e seus serviços.
- Monitoramento e avaliação dos resultados.
- Promoção de eventos para o ecossistema.

7. Indicações e Acompanhamento

- Número de empresas instaladas no Porto.
- Número de cursos de qualificação profissional em áreas tecnológicas.
- Número de profissionais formados, e número de empregos gerados.
- Volume de investimentos atraídos.
- Número de projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento.
- Número de patentes depositadas.
- Número de eventos e atividades realizadas.
- Grau de satisfação das empresas e instituições instaladas.

8. Análise de risco e marcos críticos

8.1. Riscos

- Dificuldade em atrair empresas e investimentos.
- Baixa adesão local.
- Falta de mão de obra qualificada na região.
- Dependência de recursos públicos.
- Mudanças na legislação e políticas de incentivo à inovação.

8.2. Marcos Críticos

- Aprovação do Plano Diretor.
- Captação de recursos para a implantação do Porto.
- Conclusão das obras de infraestrutura.
- Atração das primeiras empresas âncoras.

9. Recursos

9.1. Recursos Humanos

9.1.1 Gestão e Administração

- Diretor(a) Executivo(a): Liderança, visão estratégica, experiência em gestão de projetos e ecossistemas de inovação.
- Gerente Administrativo(a)-Financeiro(a): Expertise em gestão financeira, contabilidade, administração de pessoal e contratos.
- Gerente de Infraestrutura: Conhecimento em engenharia, manutenção predial, segurança do trabalho e gestão de facilities.
- Gerente de Inovação e Tecnologia: Formação em áreas tecnológicas, experiência em gestão da inovação, conhecimento de políticas de incentivo e tendências de mercado.
- Gerente de Comunicação e Marketing: Habilidades em comunicação, marketing digital, relações públicas, organização de eventos e criação de conteúdo.
- Analistas e Assistentes: Profissionais de apoio para as áreas administrativas, financeiras, de comunicação e de tecnologia.

9.1.2 Operação e Suporte

- Técnicos de Laboratório: Profissionais com formação técnica em diversas áreas (eletrônica, informática, química, biotecnologia etc.) para operar e manter os equipamentos dos laboratórios.
- Equipe de TI: Especialistas em redes, segurança da informação, sistemas e suporte técnico para garantir o funcionamento da infraestrutura tecnológica do Porto.
- Profissionais de Serviços Gerais: Equipe para manutenção e limpeza das instalações, recepção, segurança e apoio aos eventos.

9.1.3 Consultores e Mentores

- Rede de especialistas em diferentes áreas (negócios, tecnologia, jurídico, marketing etc.) para oferecer consultoria e mentoria às startups e empresas do Porto.

9.1. Recursos Físicos

9.2.1 Terreno

O projeto necessitará uma área adequada, com boa localização e acessibilidade, próxima a universidades e centros de pesquisa. Poderá utilizar estrutura revitalizada ou nova. O tamanho dependerá do porte do Porto e das perspectivas de expansão. Sugere-se que o Porto Digital seja enquadrado no Plano Diretor Municipal como Zona Especial Ambiente de Inovação (ZEAI).

9.2.2 Edificações

- Prédio administrativo: Para abrigar a equipe de gestão, salas de reunião, auditório e espaços de coworking.
- Laboratórios e centros de pesquisa: Espaços equipados para pesquisa e desenvolvimento em diferentes áreas, com infraestrutura de internet e equipamentos específicos.
- Incubadora de empresas: Ambiente para abrigar startups em fase inicial, com espaços de trabalho individuais e compartilhados, salas de reunião e infraestrutura básica.
- Espaços de convivência: Áreas de convivência, cafeteria, restaurante, auditório e espaços para eventos, que promovam a interação entre os membros do Porto.

9.2.3 Equipamentos

- Equipamentos de informática: Computadores, servidores, impressoras, softwares, conexão de internet de alta velocidade.
- Equipamentos de laboratório: Instrumentos científicos, máquinas, softwares e suprimentos para pesquisa e desenvolvimento.
- Mobiliário: Mesas, cadeiras, armários, equipamentos de escritório para as áreas administrativas e espaços de coworking.

9.2.4 Infraestrutura

- Rede de energia elétrica confiável e sistema de backup.
- Rede de água e esgoto com tratamento adequado.
- Sistema de segurança, incluindo câmeras, alarmes e controle de acesso.
- Estacionamento para funcionários e visitantes.
- Acessibilidade para pessoas com deficiência.

9.1. Recursos Financeiros

9.3.1 Investimento

São recursos necessários para a construção e implementação do Porto, realizados principalmente na fase inicial. Podem incluir:

- Terreno: Aquisição da área para o Porto. O valor varia muito conforme localização, tamanho e condições do terreno.
- Obras civis: Construção de prédios administrativos, laboratórios, incubadora de empresas, vias de acesso, estacionamento etc.
- Infraestrutura: Redes de água, energia elétrica, esgoto, telecomunicações, sistemas de segurança etc.
- Equipamentos: Computadores, servidores, impressoras, softwares, equipamentos de laboratório, mobiliário etc.
- Projetos e Consultorias: Estudos de viabilidade, elaboração do Plano Diretor, projeto arquitetônico, consultorias especializadas etc.

9.3.2 Operação

São recursos recorrentes para manter o Porto funcionando após sua implementação. Podem incluir:

- Pessoal: Salários, encargos sociais e benefícios da equipe de gestão, técnicos, analistas, profissionais de apoio etc.
- Manutenção: Conservação predial, jardinagem, limpeza, segurança, manutenção de equipamentos etc.
- Serviços de Apoio: Programas de incubação, aceleração, mentoria, consultoria, capacitação, eventos etc.
- Marketing e Comunicação: Divulgação do Porto, website, redes sociais, relações públicas, eventos etc.
- Despesas administrativas: Aluguel (se aplicável), água, luz, telefone, internet, material de escritório etc.

10. Fontes de fincanciamento

- Recursos públicos municipais, estaduais e federais (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, FINEP etc.).
- Parcerias com empresas privadas e instituições.
- Doações e patrocínios.
- Recursos do Fundo de Inovação (criação sugerida pelo PAEDS).

11. Cronograma físico financeiro

PROJETO 5 - PORTO DIGITAL AMAZONICO FASES E AÇÕES	Total	DURAÇÃO (MESES)	%	R$ (1.000)
		ANO 1 (1–12) · ANO 2 (13–24) · ANO 3 (25–36) · ANO 4 (37–48) · ANO 5 (49–63)		
PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO	**21**		**5,0**	**R$ 4.250,00**
Criação de grupo de trabalho	3			
Elaboração do Plano Diretor do Porto Digital	6			
Elaboração de estratégia de sensibilização de atores	3			
Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica	3			
Definição da estrutura organizacional, governança e modelo de gestão	3			
Busca de áreas e localização para implantação do Porto	3			
Captação de recursos para investimento	12			
Formalizar a criação do Porto	3			
Delimitação de zoneamento e inserção no Plano Diretor Municipal	3			
IMPLATANÇÃO DA INFRAESTRUTURA	**27**		**70,0**	**R$ 59.500,00**
Contratação de projeto arquitetônico e engenharia	3			
Licitação e contratação da construtora	6			
Construção de prédios	18			
Implantação de infraestrutura de internet e telecomunicações	6			
Criação de espaços de coworking e incubadora de empresas	6			
ATRAÇÃO DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES	**12**		**5,0**	**R$ 4.250,00**
Campanha de divulgação do Porto	12			
Realizações de missões para atrair empresas e investimentos	6			
Implementação de programas de incentivos	3			
Criação de programas de apoio à inovação	6			
OPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	**1**		**20,0**	**R$ 17.000,00**
Aquisição de equipamentos	1			
Contratação de pessoal	1			
Gestão do Porto e seus serviços	1			
Monitoramento e avaliação dos resultados	1			
Promoção de eventos para o ecossistema	1			
TOTAL	**63**		**100,0**	**R$ 85.000,00**

12. Mecanismos de governança

Considerando a Estratégia de Governo Digital de Rondônia e a Política de Inovação Municipal de Porto Velho, o modelo de governança para o projeto "Porto Digital Amazônico" deve se basear nos seguintes pilares:

1. **Alinhamento estratégico**: O projeto deve estar alinhado com a Estratégia de Governo Digital de Rondônia, em especial com os seus objetivos de "promover a inclusão digital e o acesso à informação" e "fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no estado". Adicionalmente, o projeto deve estar em conformidade com a Política de Inovação Municipal de Porto Velho, em especial com os seus objetivos de "consolidar um ecossistema local de inovação" e "estimular a constituição de ambientes promotores de inovação".
2. **Governança colaborativa**: A governança do projeto deve ser colaborativa e participativa, envolvendo os diversos atores do ecossistema de inovação de Porto Velho, incluindo o governo municipal, as universidades, as empresas e a sociedade civil. A criação de um conselho gestor, com a participação de representantes desses atores, é fundamental para garantir a gestão transparente e democrática do projeto.
3. **Gestão eficiente**: A gestão do projeto deve ser eficiente e transparente, com a utilização de ferramentas e metodologias de gestão de projetos que garantam o cumprimento dos objetivos, prazos e custos estabelecidos. A divulgação regular de informações sobre o andamento do projeto, por meio de relatórios, website e redes sociais, é essencial para garantir a transparência e a accountability.
4. **Sustentabilidade**: O modelo de governança deve garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A busca por parcerias com empresas e instituições, a diversificação das fontes de financiamento e a formação de capital humano são essenciais para garantir a sustentabilidade do projeto.

12.1. Estrutura de governança

A governança do projeto será constituída por:

- **Conselho Gestor**: Composto por representantes do Conselho Municipal de Inovação de Porto Velho, responsável por definir as diretrizes estratégicas do projeto, acompanhar a sua implementação e avaliar os seus resultados.
- **Equipe Executiva**: Responsável pela gestão do projeto no dia a dia, incluindo a gestão de recursos, a execução das atividades e o monitoramento dos indicadores.
- **Comitês Técnicos**: Compostos por especialistas em áreas específicas, como tecnologia, educação, empreendedorismo e sustentabilidade, responsáveis por assessorar o Conselho Gestor e a Equipe Executiva na tomada de decisões.

12.2. Estrutura de governança

A governança do projeto terá as seguintes funções:

- Definir a visão, missão e objetivos do projeto.
- Elaborar o plano estratégico e o plano de ação.
- Gerenciar os recursos financeiros e humanos.
- Monitorar o andamento do projeto e avaliar os seus resultados.
- Promover a comunicação e a transparência.
- Garantir a sustentabilidade do projeto.

12.3. Resposáveis

- **Prefeitura de Porto Velho**: A Prefeitura teria um papel central na liderança e coordenação do projeto, sendo a principal responsável pela sua implementação e sucesso.
- **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho**: Liderança na gestão do projeto, atuando na captação de recursos, no acompanhamento da execução das ações e na articulação com os demais parceiros.
- **Secretaria Municipal de Educação**: Responsável pela implementação dos programas de educação profissional e tecnológica, em colaboração com as instituições de ensino.
- **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**: Responsável pela integração do projeto com o Plano Diretor Municipal e pela garantia da infraestrutura necessária.

12.4. **Parceiros**

- **Governo do Estado de Rondônia**: Apoio na captação de recursos, na articulação com as instituições de ensino e na promoção do projeto em nível estadual.
- **Universidades e Institutos Federais**: IFRO, UNIR, FIMCA, FARO. Oferta de cursos de qualificação, participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, e apoio na incubação de empresas.
- **Empresas de Tecnologia**: Microsoft, Google, Amazon. Parcerias para a oferta de cursos de qualificação em tecnologias avançadas, mentoria para startups e apoio na atração de investimentos.
- **Instituições de Fomento**: FINEP, BNDES, Fundação Amazônia. Apoio financeiro para a implementação do projeto e para as empresas instaladas no Porto Digital.
- **Organizações da Sociedade Civil**: Associações empresariais, ONGs, entidades de classe. Apoio na divulgação do projeto, na articulação com a comunidade e na promoção do desenvolvimento local.
- **Sebrae**: Apoio na capacitação de empreendedores e no desenvolvimento de startups.

12.4. **Intervenientes**

- **Comunidade Local**: Participação nos cursos de qualificação, contribuição com o desenvolvimento do projeto e utilização dos serviços oferecidos pelo Porto Digital.
- **Conselho Municipal de Inovação**: Atuação na definição das diretrizes do projeto e no acompanhamento da sua execução.
- **Investidores**: Investimento no desenvolvimento de empresas e startups no Porto Digital.